



RELATÓRIO & CONTAS

2012

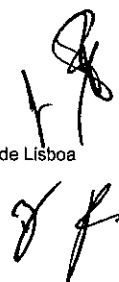
PARUPS, S.A.

A handwritten signature in black ink, consisting of several stylized, overlapping loops and lines.

ÍNDICE

MENSAGEM DO PRESIDENTE	4
1. RELATÓRIO DE GESTÃO	5
1.1 INTRODUÇÃO.....	6
1.2 ÓRGÃOS SOCIAIS.....	7
1.3 ENQUADRAMENTO MACRO ECONÓMICO.....	8
1.4 EVOLUÇÃO DA ATIVIDADE DA SOCIEDADE	12
1.4.1 DIREÇÃO DE GESTÃO DE ATIVOS.....	12
1.4.2 OUTRAS DIREÇÕES.....	17
1.5 ANÁLISE FINANCEIRA DA ATIVIDADE	18
1.5.1 RESULTADOS E RENDIBILIDADE	18
1.5.2 EVOLUÇÃO DO BALANÇO	19
1.6 FATORES RELEVANTES OCORRIDOS APÓS O TERMO DE EXERCÍCIO.....	20
1.7 GESTÃO DO CAPITAL E PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS	21
2. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS	24
2.1 BALANÇOS INDIVIDUAIS.....	25
2.2 DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS INDIVIDUAIS.....	26
2.3 DEMONSTRAÇÕES DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO INDIVIDUAL.....	27
2.4 DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA INDIVIDUAIS.....	28
2.5 DEMONSTRAÇÕES DO RENDIMENTO INTEGRAL INDIVIDUAL.....	29
3. ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS	30
INVENTÁRIO DE TÍTULOS	66
4. CERTIFICAÇÕES	67
5. RELATÓRIO SOBRE BOM GOVERNO	74
PARTE I – GOVERNO DA SOCIEDADE	75
5.1 MISSÃO, OBJETIVOS, POLÍTICAS DA EMPRESA E CUMPRIMENTO DE OBJETIVOS	75
5.2 REGULAMENTOS INTERNOS E EXTERNOS A QUE A EMPRESA ESTÁ SUJEITA.....	77
5.3 INFORMAÇÃO SOBRE AS TRANSAÇÕES RELEVANTES COM ENTIDADES RELACIONADAS	79
5.4 INFORMAÇÃO SOBRE OUTRAS TRANSAÇÕES	79
5.5 MODELO DO GOVERNO E IDENTIFICAÇÃO DOS MEMBROS DOS ÓRGÃOS SOCIAIS	80
5.6 REMUNERAÇÃO DOS MEMBROS DOS ÓRGÃOS SOCIAIS	83
5.7 ANÁLISE DA SUSTENTABILIDADE DA EMPRESA NOS DOMÍNIOS ECONÓMICOS, SOCIAL E AMBIENTAL..	85
5.8 VIABILIDADE DO CUMPRIMENTO DOS PRINCÍPIOS DE BOM GOVERNO.....	85

5.9 EXISTÊNCIA CÓDIGO DE ÉTICA	85
5.10 SISTEMA DE CONTROLO DA PROTEÇÃO DOS INVESTIMENTOS E DOS ATIVOS	86
5.11 MECANISMOS DE PREVENÇÃO DE CONFLITOS DE INTERESSES	86
5.12 DIVULGAÇÃO DE TODA A INFORMAÇÃO	87
PARTE II - CUMPRIMENTO DAS ORIENTAÇÕES LEGAIS	88
PARTE III – ANEXOS	92
ANEXO 1	92
ANEXO 2	94

Handwritten signatures in black ink, appearing to be initials or names, located in the bottom right corner of the page.

Mensagem do Presidente

O Conselho de Administração da Sociedade iniciou as suas funções no dia 1 de Agosto de 2012 e, suportado pela estrutura orgânica da Parvalorem, encetou o desafio de promover um levantamento e diagnóstico de todos os ativos que integram o seu património.

Constituiu preocupação dominante do Conselho, promover a criação de uma estrutura vocacionada para a identificação e avaliação dos valores mobiliários, imóveis e obras de arte cuja gestão e manutenção potenciam uma maior recuperação de valor.

Acresce que a Organização não dispunha de profissionais habilitados e formados para as funções que lhes foram confiadas, pelo que nos apraz registar o esforço e empenhamento dos colaboradores afetos a estas novas funções.

Conferidas à Sociedade as condições mínimas para a estabilização das suas atividades e particularmente para a legalização de muitos dos seus ativos, a PARUPS deverá agora imprimir uma maior dinâmica à alienação dos seus principais ativos e particularmente no respeito das disposições públicas aplicáveis a estes procedimentos.

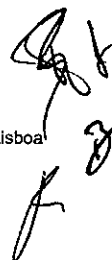
Expressamos nesta oportunidade um sentido agradecimento aos Órgãos Sociais, aos Auditores da Sociedade que, em articulação com o Acionista Estado sempre nos apoiaram e serão certamente determinantes nos difíceis desafios com que nos defrontaremos no futuro próximo.



Maria Paula Poças Rodrigues

Presidente do Conselho de Administração

1. RELATÓRIO DE GESTÃO



1.1 Introdução

A **PARUPS, S.A** é uma sociedade anónima constituída, em 16 de Setembro de 2010, por tempo indeterminado, com a sua sede social na Avenida António Augusto de Aguiar - 132, freguesia de São Sebastião da Pedreira, concelho de Lisboa e iniciou a sua atividade a 2 de Novembro de 2010.

A sua constituição ocorre no âmbito do processo de reestruturação financeira do BPN – Banco Português de Negócios, S.A., seu acionista único, com o objetivo de dar início ao processo de reprivatização do Banco, que passou pela segregação de um conjunto de ativos do balanço individual e consolidado e pela sua transmissão para três sociedades constituídas para o efeito, designadas “PAR’S” (PARVALOREM, S.A., PARUPS, S.A. e PARPARTICIPADAS, SGPS, S.A.).

No âmbito do processo de reprivatização do **BANCO PORTUGUÊS DE NEGÓCIOS** foi aprovada (*despacho n.º 825/11 – SETF de 3 de Junho de 2011*) a aquisição pelo Estado Português, através da **DIREÇÃO GERAL DO TESOURO E FINANÇAS**, da totalidade das ações representativas do capital social da **PARUPS, S.A.**, operação que veio a concretizar-se em 14 de Fevereiro de 2012, tendo o Estado Português assumido diretamente todos os direitos e obrigações desta Sociedade.

A **PARUPS, S.A.** tem por objeto social a:

- Prestação de serviços de consultoria;
- Aquisição para a sociedade de títulos, de créditos ou imóveis e correlativa gestão de bens pertencentes à sociedade;

Neste contexto, coube à **PARUPS, S.A.** adquirir ao “GRUPO BPN” um conjunto de imóveis, obras de arte, moedas comemorativas, moedas para fins de coleção e numismática, instrumentos financeiros, quotas e créditos conexos.

A **PARUPS, S.A.** tem por objetivo gerir e potenciar a valorização e rentabilização dos ativos sob gestão, por forma a minimizar a perda para o acionista num contexto de alienação.

O Ano de 2012 caracterizou-se pelo esforço desenvolvido no sentido de adaptar a empresa à atividade de gestão de ativos e simultaneamente ao estatuto de Entidade Pública Reclassificada e integrante do SEE – Sector Empresarial do Estado.

Esta nova situação teve fortes reflexos na organização interna e na adaptação dos recursos disponíveis (*humanos e informáticos entre outros*) à nova realidade, sobretudo tendo em linha de conta a instabilidade no quadro de pessoal provocada pela fase de seleção de colaboradores a transitar para o BPN/BIC.

A gestão da **PARUPS, S.A.** é assegurada pela estrutura orgânica da **PARVALOREM, S.A.** a empresa que agrega todo o quadro de pessoal transmitido a esta sociedade através do Contrato de Trespasse celebrado, a 10 de Fevereiro, entre o BPN e a **PARVALOREM, S.A.**

1.2 Órgãos Sociais

Administração

MARIA PAULA POÇAS RODRIGUES (Presidente)

FRANCISCO DOMINGOS RIBEIRO NOGUEIRA LEITE (Vogal)

BRUNO RAPOSO DE CASTRO HENRIQUES (Vogal)

BERNARDO XAVIER ALABAÇA (Vogal)

Mandato Administração:

Prazo de duração do(s) mandato(s): Triénio 2012 - 2014

Data da Deliberação Social Unânime por Escrito: 31-Julho-2012

Conselho Fiscal

MARIA ROSA TOBIAS SÁ (Presidente)

DAVID ANTONIO TEIXEIRA DE AVELAR (Vogal)

MIGUEL MENDES DE BARROS (Vogal)

Mandato Conselho Fiscal

Prazo de duração do(s) mandato(s): até final do mandato em curso 2010 - 2012

Data da deliberação: 28.04.2011

Revisor (Efetivo)

DELOITTE & ASSOCIADOS, SROC, S.A.

Representada por: JOSÉ ANTÓNIO MENDES GARCIA BARATA, ROC nº 1210

Revisor (Suplente)

CARLOS LUÍS OLIVEIRA DE MELO LOUREIRO, ROC nº 572

NOTA: Conselho de Administração em funções durante o primeiro semestre do exercício de 2012 cessou as suas funções, por renúncia, nas seguintes datas:

RUI MANUEL CORREIA PEDRAS	31-Julho-12
MARIO MANUEL GARCIA FARIA GASPAR	30-Maio-12
JORGE ANTONIO BEJA PESSOA	30-Maio-12

1.3 Enquadramento Macro Económico

Economia Portuguesa

O ano de 2012 foi marcado pela continuação do processo de ajustamento da economia portuguesa, enquadrado pelo programa de assistência económica e financeira, e pela perda significativa de Produto e Emprego para o que contribuiu também o efeito da crise económica e financeira internacional.

Assistiu-se à deterioração da posição cíclica da economia portuguesa num quadro de restritividade das condições monetárias e financeiras e de manutenção da política contracionista orçamental.

De acordo com a informação divulgada no Boletim Económico de Inverno do Banco de Portugal, o ano de 2012 regista uma significativa contração da atividade económica, com intensificação no segundo semestre, refletindo a queda generalizada da procura interna, mitigada pelo crescimento das exportações (*ver quadro abaixo Fonte: BP*):

- Contração do produto de 3,0 por cento em 2012;
- Queda expressiva e generalizada da procura interna. O consumo privado deverá ter registado uma contração de 5,5 por cento. O consumo público ter-se-á reduzido cerca de 4,5 por cento pelo segundo ano consecutivo;
- FBCF deverá ter caído cerca de 14,4 por cento, traduzindo uma redução de todas as componentes, com especial incidência no investimento público e residencial;
- O crescimento das exportações ao longo do ano situou-se nos 4,1 por cento;
- Queda das importações de cerca de 6,9 por cento, refletindo a redução expressiva de componentes da procura com elevado conteúdo importado – consumo de bens duradouros e FBCF empresarial;
- O saldo da balança corrente e de capital passou de um défice de 9,4 por cento do PIB em 2010 para uma situação próxima do equilíbrio em 2012 – défice de 0,1 por cento, fruto da expressiva queda da procura interna acompanhada por um aumento significativo das exportações, tendo-se traduzido num ajustamento rápido das necessidades de financiamento externo da economia portuguesa;
- A inflação, medida pelo crescimento do Índice Harmonizado de Preços no Consumidor (IHPC) situou-se em e 2,8 por cento em 2012;
- Redução do emprego de 3,7 por cento em 2012, a taxa de desemprego projetada para o 4º trimestre é de 16,9%. A taxa de desemprego média anual de 2012 foi de 15,7%, o que representa um acréscimo de 2,9 pontos percentuais em relação ao ano anterior;

- O Índice de Custo do Trabalho registou um decréscimo de 14,9%, no 4º trimestre de 2012, em relação ao mesmo período de 2011. As duas principais componentes dos custos do trabalho são:
 - os custos salariais (*por hora efetivamente trabalhada*) que diminuíram 16,1% em relação ao mesmo período do ano anterior
 - os outros custos (*não salariais, nomeadamente contribuições dos/as empregadores/as para a Segurança Social, por hora efetivamente trabalhada*) que diminuíram 13,2% em relação ao mesmo período do ano anterior

PROJEÇÕES DO BANCO DE PORTUGAL: 2011-2014 TAXA DE VARIACÃO ANUAL, EM PORCENTAGEM						
	Pesos 2011	BE Inverno 2012			BE Outono 2012	
		2012(p)	2013(p)	2014(p)	2012(p)	2013(p)
Produto Interno Bruto	100.0	-3.0	-1.9	1.3	-3.0	-1.6
Consumo Privado	66.5	-5.5	-3.6	0.1	-5.8	-3.6
Consumo Público	20.0	-4.5	-2.4	1.5	-3.9	-2.4
Formação Bruta de Capital Fixo	17.9	-14.4	-8.5	2.8	-14.9	-10.0
Procura Interna	104.4	-6.9	-4.0	0.8	-6.8	-4.5
Exportações	35.8	4.1	2.0	4.8	6.3	5.0
Importações	40.1	-6.9	-3.4	3.5	-4.7	-2.3
Contributo para o crescimento do PIB (em p.p.)						
Exportações Líquidas		4.2	2.1	0.6	4.0	2.8
Procura Interna		-7.2	-4.0	0.8	-7.0	-4.5
da qual: Variação de Existências		0.0	0.2	0.0	0.2	-0.1
Balança Corrente e de Capital (% PIB)		-0.1	3.1	4.4	-0.2	4.0
Balança de Bens e Serviços (% PIB)		0.3	3.1	4.1	0.8	4.5
Índice Harmonizado de Preços no Consumidor		2.8	0.9	1.0	2.8	0.9

Fonte: Banco de Portugal.

Notas: (p) - projetado. Para cada agregado apresenta-se a projeção correspondente ao valor mais provável condicional ao conjunto de hipóteses consideradas, e baseia-se em informação disponível até meados de dezembro de 2012.

As projeções do Banco de Portugal já integram a informação divulgada pelo INE no início de Dezembro no âmbito da publicação das Contas Nacionais Trimestrais para o terceiro trimestre de 2012 e tem em linha de conta a evolução esperada para um conjunto de variáveis de enquadramento internacional, de finanças públicas e de condições de financiamento da economia.

A evolução esperada é baseada nas projeções para a área do euro divulgadas em Dezembro no boletim mensal do Banco Central Europeu que apontam um baixo dinamismo das economias do euro dado que a evolução da atividade económica num conjunto alargado de países da área do euro, continua a ser condicionada pela necessidade de ajustamento orçamental.

Neste contexto, espera-se que a procura externa dirigida à economia portuguesa registre um crescimento marginal em 2012, com uma taxa de variação anual de 0,2 por cento (*ver quadro abaixo Fonte: BP*). A atividade económica na área do euro e no Reino Unido (*que no seu conjunto representaram quase 70 por cento do total das exportações portuguesas em 2011*), deteriorou-se de forma marcada em 2012, situação bastante

adversa se atendermos a que, no atual quadro de ajustamento, há uma maior dependência da economia relativamente às exportações enquanto motor do crescimento da procura global.

As restritivas condições de financiamento da economia portuguesa e o processo de desalavancagem do sector bancário implicaram condições de concessão de crédito muito restritivas ao longo de todo o ano e condicionaram fortemente a atividade das empresas.

HIPÓTESE DO EXERCÍCIO DE PROJEÇÃO						
		BE Inverno 2012			BE Outono 2012	
		2012	2013	2014	2012	2013
Procura externa	tva	0.2	0.3	4.7	0.3	2.5
Taxa de juro						
EURIBOR a 3 meses	%	0.6	0.1	0.3	0.6	0.2
Custo de financiamento do Estado(a)	%	2.6	2.6	4.1	2.2	2.7
Taxa de câmbio do euro						
Efectiva do euro	tva	-5.4	0.2	0.0	-5.4	-0.2
Euro-dólar	vma	1.28	1.30	1.3	1.28	1.29
Preço do petróleo						
em dólares	vma	111.9	106.8	102.1	112.4	107.8
em euros	vma	87.2	82.2	78.6	87.5	83.4

Fontes: BCE, Bloomberg, Thomson Reuters e cálculos do Banco de Portugal.
 Notas: tva – taxa de variação anual, % – em percentagem, vma – valor médio anual. Um aumento da taxa de câmbio corresponde a uma apreciação. (a) Esta hipótese reflecte o custo das fontes de financiamento relevantes para o Estado Português neste período, entre as quais se inclui o custo estimado do financiamento associado ao PAEF.

Num contexto de elevada incerteza (*crise da dívida soberana na área do euro*) e perante o processo de ajustamento interno, os bancos deram continuidade à sua política conservadora de definição de critérios de concessão de crédito em 2012, quer em termos de quantidades, quer em termos de preços.

Este aperto esteve associado a vários fatores inter-relacionados:

- Deterioração na qualidade de crédito, como reflexo da queda da atividade económica;
- Aumento dos indicadores de risco de crédito;
- Aumento do incumprimento concentrado nos sectores mais expostos aos desenvolvimentos internos da economia;
- Aumento da perceção de risco por parte das Instituições Bancárias, focado sobretudo nas empresas mais pequenas e com maior exposição aos desenvolvimentos internos;
- Dificuldade de acesso dos bancos aos mercados internacionais de dívida por grosso;
- Aumento dos custos de financiamento dos bancos que teve como consequência uma acentuada concorrência pela captação de poupança interna.

De facto, os níveis agregados de solvabilidade e de liquidez do sistema bancário melhoraram significativamente ao longo de 2012, o que ficou a dever-se aos esforços de capitalização (*no contexto do exercício de capital da Autoridade Bancária Europeia e das alterações nas regras de adequação de fundos próprios promovidas pelo Banco de Portugal*) e ao conjunto de medidas não convencionais adotadas pelo Eurosistema,

nomeadamente, o fornecimento de liquidez a longo prazo que afetou favoravelmente a liquidez do sistema bancário.

Apesar desta melhoria os bancos continuam a considerar que os riscos associados às expectativas da atividade económica em geral e a sectores específicos continuam a impor um nível elevado de restritividade dos critérios de concessão de crédito às empresas.

Como consequência, os bancos têm utilizado a concessão de crédito como fator diferenciador da oferta entre as empresas em detrimento da diferenciação pelo custo do crédito de acordo com as características das empresas. A subida das taxas de juro dos empréstimos às empresas está subjacente quer ao aumento dos custos de financiamento dos bancos quer às pressões sobre a sua margem financeira, decorrentes da rigidez de algumas componentes do seu balanço.

A possibilidade de acesso a outras fontes de financiamento de natureza não bancária e /ou de bancos não residentes não está ao alcance das pequenas e médias empresas.

Assim, até Agosto de 2012 (*Fonte: Boletim de Outono do BP*), enquanto o crédito **concedido por bancos residentes a grandes empresas cresceu aproximadamente 2 por cento** (o crédito total cresceu ligeiramente acima de 5 por cento), **o crédito concedido por bancos residentes a micro empresas diminuiu 11 por cento** (o crédito total diminuiu cerca de 5 por cento).

Paralelamente as empresas portuguesas têm reduzido a procura de financiamento ao investimento, ao mesmo tempo que aumentaram a procura de financiamento para fundo de maneo e reestruturação de dívida.

Mais recentemente, em 11 de março de 2013, o INE publicou dados estatísticos sobre o comportamento da economia portuguesa no último trimestre de 2012 que indicam que a contração do PIB esteve acima das estimativas do Banco de Portugal, situou-se em 3,2% e as exportações com crescimento mais baixo situando-se nos 3,3%.

Foi assim, neste enquadramento macroeconómico adverso, com um programa de ajustamento orçamental alargado a um conjunto de países da zona euro, condicionante da evolução da atividade económica e impulsionador de um baixo dinamismo destas economias, que a PARUPS, S.A. desenvolveu a sua atividade de 2012 que se centrou fundamentalmente na gestão da carteira de ativos oriunda do BPN, concretamente, imobiliários, gestão de participações sociais, fundos e obras de arte.

1.4 Evolução da Atividade da Sociedade

A aquisição pelo Estado Português, através da **DIREÇÃO GERAL DO TESOURO E FINANÇAS**, da totalidade das ações representativas do capital social da **PARUPS, S.A.** a 14 de Fevereiro de 2012, marcou definitivamente a viragem na atividade da empresa.

Em 10 de Fevereiro de 2012, foi celebrado o Contrato de Trespasse entre o BPN, S.A. e a **PARVALOREM, S.A.**, ficando assim concluída a transmissão para esta empresa da parte do estabelecimento do BPN constituída pelos Gabinetes, Direções, Unidades, Núcleos, Atividades e Serviços que integravam a Direção de Meios (Unidade de Meios) do BPN, com todos os meios tangíveis e intangíveis, bem como os meios humanos afetos à respetiva atividade.

Por força do disposto no n.º 1 do artigo 285.º do Código do Trabalho (aprovado pela Lei n.º 7/2009, de 12 de Fevereiro), foi transmitido para a **PARVALOREM, S.A.** a partir do dia 10 de Fevereiro, a posição de empregador do BPN nos contratos de trabalho dos 646 trabalhadores afetos à Direção de Meios (Unidade de Meios) destacada e transferida nessa data.

Cabendo à **PARVALOREM, S.A.** assegurar a gestão da **PARUPS, S.A.** através da estrutura orgânica que correspondia à anterior Unidade de Meios destacada e transmitida. A **PARUPS, S.A.** não dispõe de quadro de pessoal à exceção dos elementos que compõem os Órgãos Sociais da sociedade.

A dependência da atividade da **PARUPS, S.A.** da estrutura orgânica da **PARVALOREM, S.A.** e o facto da estabilidade do quadro de pessoal da **PARVALOREM, S.A.** ter sido bastante afetada, durante o ano de 2012, pelo impacto do programa de organização dos Serviços Centrais do BPN pelo BANCO BIC, fruto da transferência gradual de colaboradores das várias direções da empresa para este Banco, condicionaram o normal desenvolvimento da atividade desta sociedade.

1.4.1 Direção de Gestão de Ativos

A atividade da **DGA** (Direção de Gestão de Ativos – da **PARVALOREM**), iniciou-se em pleno apenas no decorrer do terceiro quadrimestre de 2012, fruto dos condicionalismos criados pela operação de reprivatização do BPN, S.A, nomeadamente as alterações profundas no esquema organizativo das estruturas anteriormente responsáveis pela gestão do património, assim como no seu racional de gestão.

Ficou estabelecido que a **DGA**, teria como missão a gestão corrente e estratégica do património provenientes do espólio do BPN, S.A, nomeadamente nas áreas dos ativos financeiros, ativos imobiliários, obras de arte e moedas.

Depois de um processo exaustivo de conhecimento de todas as carteiras e das correspondentes necessidades de gestão administrativa foi possível estabelecer uma

estratégia de abordagem comercial no sentido de alienar o portfólio existente. Nesta vertente, é importante sublinhar, os vários condicionalismos que existiram:

- Os mercados relacionados com as várias classes de ativos do património, tiveram em 2012 um comportamento pouco favorável, sendo que no caso concreto do mercado imobiliário, registou-se mesmo o maior índice de desvalorização e o menor volume de transações das últimas décadas;
- Por outro lado, as condições comparativas em que as nossas sociedades desenvolveram a sua atividade comercial, foram bastante frágeis, nomeadamente, pelos referidos constrangimentos decorrentes do processo de reestruturação organizacional, mas também por fatores externos, como por exemplo, as condições de concessão de crédito à economia pelo sector bancário, nomeadamente, as relativas ao crédito a particulares que, numa situação menos adversa, poderia ter incrementado a alienação de alguns dos ativos das PAR'S;
- Noutros ativos, nomeadamente Obras de Arte e Moedas, existiram ainda vários condicionalismos de ordem processual e legal que impediram a concretização da desejável alienação do portfólio, que se prevê ocorra durante o ano de 2013.

As duas Unidades de Gestão criadas na PARVALOREM, S.A. asseguram a atividade da PARUPS, S.A.:

- UAF – Ativos financeiros – Títulos, Moedas e Numismática
- UANF – Ativos não Financeiros - Imóveis e obras de arte

As áreas de intervenção/competências, na gestão do património, estão distribuídas pelos órgãos da DGA, em função do tipo de ativos e são as seguintes:

- Inventariação e avaliação
- Gestão administrativa
- Manutenção/Intervenção
- Promoção
- Comercialização
- Representação institucional

Património

O património sob gestão, pode-se tipificar da seguinte forma:

- Imóveis
- Obras de Arte
- Moedas e Numismática
- Ativos financeiros de renda fixa e renda variável
- Unidades de Participação em Fundos de investimento mobiliário e imobiliário

Ao fecho de 2012, o valor estimado para o **património** da PARUPS, S.A é de aproximadamente € 751,5 milhões com a seguinte distribuição:

CARTEIRA GLOBAL	ATIVO BRUTO	ATIVO LÍQUIDO
Unidades de Participação em Fundos de Investimento	958.886.183 €	634.878.338 €
Outros Ativos Financeiros	110.678.745 €	37.417.074 €
Imóveis	83.693.838 €	41.206.297 €
Moedas e Numismática	25.792.507 €	25.792.507 €
Obras de Arte	16.739.935 €	12.236.428 €
TOTAL	1.195.791.208 €	751.530.644 €

A PARUPS, S.A tem ainda sob sua gestão o património da PARVALOREM, S.A.:

ATIVOS SOB GESTÃO	ATIVO BRUTO	ATIVO LÍQUIDO
Imóveis	5.122.832 €	4.908.744 €
Obras de Arte	62.366.996 €	36.166.741 €
TOTAL	67.489.828 €	41.075.485 €

Imóveis

O processo organizacional da carteira de 357 imóveis foi moroso e pesado, contudo depois de definida a estrutura organizacional necessária foi possível prover uma ação de formação na UANF e apresentar, no passado mês de Novembro, um plano global sobre esta área, com o respetivo inventário e propostas estratégicas para o futuro nas vertentes de gestão administrativa e comercialização do portfólio;

A alienação deste tipo de património, em 2012, apesar das vicissitudes do mercado imobiliário e dos constrangimentos internos, atingiu o montante de € 517,5 mil.

A carteira de imóveis sob gestão, tem como principal característica a sua heterogeneidade, fruto dos condicionalismos originários da mesma, nomeadamente por resultar na sua maioria de processos relacionados com o negócio de crédito do anterior GRUPO BPN/SLN.

O volume global da carteira de imóveis da PARUPS, S.A, ao fecho de 2012, era de € 41,2 milhões (valor apurado com base em avaliações recentes), carteira esta com um custo de aquisição de € 83,7 milhões.

Resumidamente foram então estes os principais “*highlights*” da atividade em 2012 na vertente de gestão da carteira de imóveis:

No domínio organizacional:

- Inventariação dos imóveis da PARUPS, S.A;
- Definição de competências e delegação de poderes;

- Promoção da gestão de projetos sobre imóveis intervencionados;
- Regulamento Interno de Gestão Imóveis (em aprovação);
- Orçamento 2013 e plurianual (2014 e 2015);
- Revisões de contratos com prestadores de serviços neste âmbito;
- Procedimentos para gestão e controlo das rendas;
- Processo de reavaliação dos imóveis com mais de 12 meses;
- Negociação dos seguros multirriscos.

No domínio comercial:

- Plano Estratégico para a comercialização de imóveis;
- Recuperação de processos de propostas antigas de compra sobre os imóveis;
- Promoção das visitas a imóveis;
- Preparação para introdução dos imóveis nos portais para venda;
- Classificação dos imóveis com maior probabilidade de venda;
- Promoção de novos acordos com intermediadores imobiliários.

Obras de Arte

Neste domínio o processo de inventariação e determinação de propriedade e localização das Obras, revelou-se bastante complicado pela sua dispersão física e documental, pelo que só no final do ano 2012, foi possível apresentar um Plano de Atuação relativo ao portfólio.

Este Plano prevê a necessária regularização do processo de armazenagem das Obras, assim como a sua reavaliação, criando as condições mínimas necessárias para promover o desejável processo de alienação do acervo.

Relativamente à coleção Miró, a tomada de posse efetiva da totalidade do portfólio ocorreu apenas no passado mês de Dezembro, pelo que se prevê a curto prazo o início do processo de alienação.

Resumidamente foram então estes os principais “*highlights*” da atividade em 2012 na vertente de gestão da carteira de Obras de Arte:

- Elaboração do processo de inventariação documental;
- Elaboração do processo de inventariação física/localização;
- Elaboração do processo de determinação de propriedade;
- Elaboração e apresentação do Plano de situação e atuação sobre o portfólio;
- Início dos contactos com os vários agentes de mercado com vista a iniciar os processos de reavaliação, armazenagem, promoção e comercialização do portfólio.

O património nesta vertente é composto por uma coleção de aproximadamente 210 obras de arte, maioritariamente de pintura, mas também esculturas e outras.

Ao fecho de 2012, o valor do património está estimado em € 2,9 milhões para a coleção genérica.

À data de final de ano, a famosa obra de Quadros de Joan Miró, encontra-se repartida por três entidades: PARUPS, S.A. com 13 obras; Parvalorem com 68 obras e o BPN IFI, com 4 obras. Estão assim reunidas 85 obras, representando a maior coleção privada mundial deste artista.

Moedas e Numismática

O principal ativo desta classe é a coleção de Moedas do Euro 2004, sendo que os restantes representam um portfólio pouco significativo.

No domínio da referida coleção, foi elaborado um estudo de viabilidade de alienação, estudo este que determinou como primeira alternativa a explorar, a promoção de uma consulta internacional aos principais agentes de mercado, a qual se mostrou bastante prometedora, estando previsto o processo de alienação ocorrer durante o ano de 2013.

Ainda assim, fora deste âmbito, foi possível realizar a venda direta de 125.000 moedas ao valor facial de 8€ o que determinou um encaixe financeiro de € 1 milhão.

Este património é essencialmente constituído pelas várias séries de Moedas do Euro2004, sendo que adicionalmente, existem vários outros itens numismáticos.

O valor estimado deste portfólio, é de € 25,8 milhões, sendo que € 25,4 milhões dizem respeito às Moedas do Euro2004.

Ativos Financeiros

O processo organizacional passou por algumas alterações decorrentes da descontinuação de alguns dos sistemas de informação utilizados, com a consequente necessidade de implementação de novos métodos de acompanhamento das carteiras.

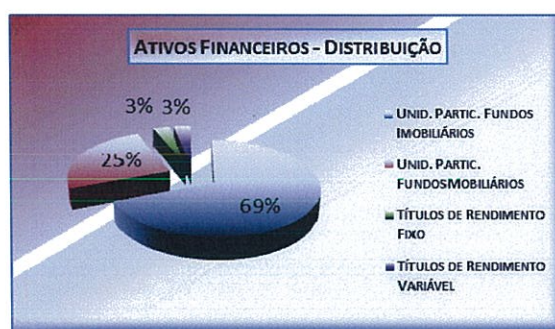
A promoção da alienação dos ativos, foi extremamente condicionada, pelos seguintes fatores:

- As características específicas dos ativos, limitam atualmente a alienação de grande parte deles, por motivos relacionados com a inexistência de liquidez no mercado para alguns, e para outros por motivos relacionados com impedimentos processuais de venda que se encontram ainda em processo de regularização;
- No domínio da participação nos fundos investimento são atualmente ainda elevados os constrangimentos à alienação. No caso dos fundos imobiliários, entende-se que a alienação terá que ser efetuada num âmbito de integração com a principal SOCIEDADE GESTORA – IMOFUNDOS (foram promovidos contactos internacionais para estudo de várias alternativas neste âmbito). No caso dos fundos mobiliários, permanecem ainda alguns impedimentos decorrentes do contrato de alienação da principal sociedade gestora – i.e. BPN - GESTÃO DE ATIVOS;

As vendas ocorridas limitaram-se por isto a um CLO, com um encaixe financeiro na ordem de € 1 milhão, a que acresceram recebimentos na ordem de 6 milhões de euros relativos a amortizações de obrigações e rendimentos distribuídos por fundos. Prevê-se que em 2013 este valor possa aumentar significativamente em face da evolução positiva dos mercados.

Fazem parte deste portfólio variadíssimos tipos de ativos financeiros, que resultaram do espólio das carteiras do BPN, SA e de outras entidades relacionadas:

- 94% da carteira é constituída por unidades de participação em fundos mobiliários e imobiliários;
- O valor global deste portfólio, ao fecho de 2012, era de € 672,4 milhões, sendo que € 634,9 milhões dizem respeito a unidades de participação em fundos de investimento;
- O diagrama seguinte resume a distribuição deste portfólio por tipo de investimento:



A PARUPS apresenta contas consolidadas, o perímetro de consolidação integra 26 entidades.

1.4.2 Outras Direções

A gestão da PARUPS, S.A é assegurada pelas áreas funcionais da PARVALOREM, S.A e os recursos informáticos e de comunicação são partilhados por todo o universo das PAR'S, nomeadamente o serviço de Outsourcing de infraestruturas de IT e a infraestrutura de comunicações (*dados e voz*) e segurança.

A venda do BANCO PORTUGUÊS DE NEGÓCIOS ao BANCO BIC teve como consequência a separação de pessoas, meios e processos implicando a necessidade de, num espaço temporal muito exigente, proceder à reorganização das áreas funcionais da PARVALOREM, S.A e a um grande esforço de formação e de adaptação dos colaboradores às novas funções por forma a permitir a esta sociedade assegurar a gestão das empresas do designado "GRUPO PAR'S".

Neste contexto poder-se-á afirmar que o ano de 2012 se caracterizou pelo trabalho de fundo de inventariação, caracterização, avaliação da carteira e, dada a heterogeneidade

destes ativos, pela definição de modelos de gestão administrativa consentâneos com as suas necessidades específicas.

1.5 Análise Financeira da Atividade

1.5.1 Resultados e Rendibilidade

milhares €	2011	2012	Variação Valor
Vendas e prestações de serviços	-	1.518	1.518
Outros proveitos operacionais	6.832	3.381	(3.451)
Total de proveitos operacionais	6.832	4.899	(1.933)
Custo das vendas		(1.522)	(1.522)
Fornecimentos e serviços externos	(484)	(621)	(137)
Gastos com o pessoal	(13)	(69)	(56)
Provisões e perdas por imparidade	(362.063)	(88.913)	273.150
Outros custos operacionais	(6.849)	(8.952)	(2.103)
Total de custos operacionais	(369.409)	(100.077)	269.332
Custos e perdas financeiros	(69.776)	(76.410)	(6.634)
Proveitos e ganhos financeiros	394	538	144
	(69.382)	(75.872)	(6.490)
Resultado líquido do exercício	(431.959)	(171.050)	260.909

No final do exercício de 2012, o Resultado Líquido cifrou-se num prejuízo de € 171,1 milhões, o que traduz uma variação positiva de € 260,9 milhões face ao resultado verificado em 2011. Esta redução no volume de prejuízos anuais é no essencial explicada pelo facto de ter sido no exercício de 2011 que, em consequência da extinção da carta conforto do BPN SA, se procedeu ao registo contabilístico das imparidades associadas aos ativos adquiridos, no final de 2010, no âmbito do processo de reprivatização desta instituição de crédito.

Para o resultado do ano, à semelhança do ocorrido no exercício anterior, contribuíram essencialmente as rubricas de Provisões e perdas por imparidade e de Custos e perdas financeiros, respetivamente com € 88,9 e € 76,4 milhões.

As Provisões e perdas por imparidade do exercício incorporam € 74,6 milhões afetos ao portfolio de valores mobiliários, € 4,3 milhões relativos a investimentos em associadas e empresas do grupo, € 5,5 milhões da carteira de imóveis e € 4,5 milhões respeitantes a obras de arte.

No total dos Custos e perdas financeiros, € 38,5 milhões respeitam a juros e encargos similares do empréstimo obrigacionista e os restantes € 37,9 milhões a juros de empréstimos bancários e outros empréstimos.

Os Outros custos operacionais ascenderam a € 8,9 milhões, destacando-se € 1,9 milhões de impostos e € 4,8 milhões de menos-valias com a alienação de investimentos financeiros.

Os Proveitos operacionais totalizaram € 4,9 milhões, o que representa uma quebra de € 1,9 milhões relativamente ao alcançado no exercício anterior.

1.5.2 Evolução do Balanço

milhares €

	2011	2012	Variação Valor
Ativo			
Ativos não correntes:			
Investimentos em associadas e emp. do grupo	6.016	519	(5.497)
Outros Investimentos	801.141	671.776	(129.365)
	807.157	672.295	(134.862)
Ativos correntes:			
Existências	40.247	79.235	38.988
Outras contas a receber	21	4.768	4.747
Estado e outros entes públicos	126	497	371
Investimentos detidos para negociação	140	120	(20)
Caixa e equivalentes de caixa	987	7.738	6.751
	41.521	92.358	50.837
Total do Ativo	848.678	764.653	(84.025)

Em 31 de Dezembro de 2012, o Ativo Líquido da sociedade situou-se em € 764,7 milhões, o que significou um decréscimo de € 84 milhões (-9,9%) face ao alcançado no final de 2011.

Durante o exercício de 2012, no âmbito do processo de reprivatização do BPN, foram adquiridos ativos que, incluindo contratos promessa, totalizaram € 56,9 milhões. A composição destes ativos incluiu € 2,9 milhões de ativos financeiros, € 10,5 milhões de imóveis, € 16,7 milhões de obras de arte e € 26,8 milhões de moedas comemorativas.

No final do exercício o saldo da rubrica de Outros investimentos, líquido de imparidades, ascendeu a € 671,8 milhões, o que significou um decréscimo de € 129,4 milhões face ao alcançado no final do ano anterior. Para esta variação contribuiu o resgate de unidades de participação do fundo de investimento “BPN Imonegócios”, no total de € 50 milhões, para financiamento parcial da mencionada aquisição de ativos no âmbito do processo de reprivatização do BPN.

Os Ativos Correntes líquidos de imparidades totalizaram € 92,4 milhões o que constituiu um acréscimo de ativo líquido de € 50,8 milhões face ao saldo no final do exercício anterior. Este acréscimo de ativos, ocorrido no contexto da mencionada reprivatização, traduziu-se pela aquisição de imóveis, obras de arte e moedas comemorativas.

milhares €	2011	2012	Varição Valor
Passivo			
Passivos não correntes:			
Empréstimos bancários	565.703	289.917	(275.786)
Empréstimos obrigacionistas	728.061	727.850	(211)
Outros financiamentos obtidos		322.473	322.473
	1.293.764	1.340.240	46.476
Passivos correntes:			
Acionistas	-	35.193	35.193
Fornecedores	46	98	52
Estado e outros entes públicos	1	4	3
Outros passivos	1.466	105	(1.361)
	1.513	35.400	33.887
Total do Passivo	1.295.277	1.375.640	80.363
Capital próprio			
Capital social	50	50	-
Resultados transitados	(16.439)	(448.386)	(431.947)
Reservas de reavaliação	1.749	8.399	6.650
Resultado líquido do exercício	(431.959)	(171.050)	260.909
Total do Capital próprio	(446.599)	(610.987)	(164.388)
Total do Capital Próprio e do Passivo	848.678	764.653	(84.025)

Os Passivos não correntes totalizaram € 1.340,2 milhões, o que correspondeu a um acréscimo de € 46,5 milhões comparativamente com o saldo no final do ano anterior. Na composição destes passivos, ocorreu uma amortização parcial de empréstimos bancários que foi compensada pelo aumento da rubrica de Outros financiamentos obtidos, designadamente com a contratualização de um empréstimo com o Estado Português, através da Direcção-Geral do Tesouro e Finanças, e com um financiamento celebrado com a PARVALOREM, S.A.

Os Passivos correntes ascenderam a € 35,4 milhões, um aumento de € 33,9 milhões em resultado de um adiantamento efetuado pelo Estado Português à sociedade no montante de € 35,2 milhões.

O Capital Próprio da PARUPS, S.A diminuiu € 164,4 milhões face ao saldo verificado no final de 2011. O Resultado líquido do exercício, traduzido por um prejuízo de € 171,1 milhões, e o acréscimo de € 6,7 milhões das Reservas de reavaliação, contribuíram para que no final do exercício de 2012 os Capitais próprios se saldassem por um montante negativo de € 611 milhões.

1.6 Fatores Relevantes Ocorridos Após o Termo de Exercício

Não ocorreram, após 31 de Dezembro de 2012, eventos significativos que possam ter afetado as informações que constam nas contas do exercício.

1.7 Gestão do Capital e Proposta de Aplicação de Resultados

As demonstrações financeiras da Sociedade, em 31 de Dezembro de 2012, apresentam capitais próprios negativos de 610.987 milhares de Euros, situação a que se aplica o artigo 35.º do Código das Sociedades Comerciais, pelo que o Conselho de Administração irá solicitar ao acionista que tome as medidas julgadas convenientes relativamente à perda de mais de metade do capital social da Sociedade.


Nos termos da alínea f) do n.º 1 do artigo 66.º do Código das Sociedades Comerciais, propõe-se que o Resultado Líquido do Exercício, negativo em 171.050.050,54 euros, seja totalmente transferido para Resultados Transitados.

Lisboa, 29 de Abril de 2013

Conselho de Administração


Presidente
Maria Paula Poças Rodrigues


Vogal
Francisco Domingos Ribeiro Nogueira Leite


Vogal
Bruno Raposo de Castro Henriques


Vogal
Bernardo Xavier Alabaça

ANEXO I

Para efeitos do n.º 5 do artigo 447.º do Código das Sociedades Comerciais, informa-se que, durante o exercício de 2012, cada um dos Membros dos Órgãos de Administração e de Fiscalização não possuía qualquer ação ou obrigação das referidas nos números 1 e 2 do mesmo preceito legal.

ANEXO II

Para efeitos do n.º 4 do artigo 448.º do Código das Sociedades Comerciais, informa-se que, até 13 de fevereiro do exercício de 2012, o BPN – BANCO PORTUGUÊS DE NEGÓCIOS, S.A. foi o acionista único da PARUPS, S.A. A partir 14 de fevereiro o ESTADO PORTUGUÊS, através da DIREÇÃO-GERAL DO TESOURO E FINANÇAS tornou-se o acionista único da sociedade, mantendo-se, nesta data, essa situação.

ANEXO III

Para efeitos do n.º 4 do artigo 245.º do Código de Valores Mobiliários informa-se que:

1. O ESTADO PORTUGUÊS através da DIREÇÃO-GERAL DO TESOURO E FINANÇAS é o acionista único da sociedade;
2. Não há acionistas titulares de direitos especiais;
3. Não há restrições em matéria de direito de voto, exceto a que se refere à correspondência de um voto a cada grupo de cem ações;
4. Os membros do Conselho de Administração são nomeados e substituídos nos termos legalmente previstos, cabendo à Assembleia Geral indicar o Presidente;
5. O Conselho de Administração tem poderes de gestão da sociedade e os estatutos não lhe atribuem competência para deliberar sobre o aumento do capital social;
6. A alteração dos estatutos e o aumento do capital social são competências da Assembleia Geral, sendo que os estatutos da sociedade estabelecem que (i) as deliberações são tomadas por maioria dos votos emitidos, correspondendo um voto a cada grupo de cem ações, e (ii) as deliberações sobre a alteração do contrato de sociedade, fusão, cisão, transformação, dissolução da sociedade ou outros assuntos para os quais a lei exija maioria qualificada, sem a especificar, devem ser aprovadas por dois terços dos votos emitidos, quer a Assembleia reúna em primeira quer em segunda convocação.

ANEXO IV

Lista a que se refere a alínea b) do n.º 1 do artigo 8.º da Instrução n.º 5/2008 de COMISSÃO DO MERCADO DE VALORES MOBILIÁRIOS:

- O ESTADO PORTUGUÊS através da DIREÇÃO-GERAL DO TESOURO E FINANÇAS, 10.000 ações (100% do capital social), 100% dos direitos de voto.

ANEXO V

Artigo 13.º do REGIME JURÍDICO DO SECTOR EMPRESARIAL DO ESTADO E DAS EMPRESAS PÚBLICAS

Até 30 de maio de 2012

Rui Manuel Correia Pedras

Vogal

Mário Manuel Garcia Faria Gaspar

Vogal

Jorge António Beja Pessoa

Vogal

Até 31 de julho de 2012

Rui Manuel Correia Pedras

Vogal

A partir de 01 agosto de 2012

O **Conselho de Administração** da sociedade é composto por quatro elementos, sendo um deles designado Presidente.

Mandato 2012-2014

MARIA PAULA POÇAS RODRIGUES

Presidente

FRANCISCO DOMINGOS RIBEIRO NOGUEIRA LEITE

Vogal

BRUNO RAPOSO DE CASTRO HENRIQUES

Vogal

BERNARDO XAVIER ALABAÇA

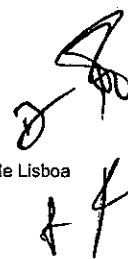
Vogal

As funções exercidas pelos membros do Conselho de Administração e as funções exercidas pelos mesmos noutras empresas encontram-se indicadas no ponto 5.5 e 5.6 do Relatório.

Durante o exercício de 2012 realizaram-se 30 (*trinta*) reuniões do Conselho de Administração (até 31.07.2012 - 12; a partir de 01-08-2012 - 18).

A DELOITTE & ASSOCIADOS, SROC S.A. tem a função de "Revisor Oficial de Contas" da PARUPS, S.A.

2. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS

Handwritten signature and initials in the bottom right corner of the page.

PARUPS, S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS INDIVIDUAIS

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

(Montantes expressos em milhares de Euros - mEuros)

	Notas	2012	2011
Vendas e prestações de serviços	18	1.518	-
Outros proveitos operacionais	19	3.381	6.832
Total de proveitos operacionais		4.899	6.832
Custos operacionais:			
Custo das vendas	18	(1.522)	-
Fornecimentos e serviços externos	20	(621)	(484)
Gastos com o pessoal	21	(69)	(13)
Provisões e perdas por imparidade	17	(88.913)	(362.063)
Outros custos operacionais	22	(8.952)	(6.849)
Total de custos operacionais		(100.077)	(369.409)
Resultados operacionais		(95.178)	(362.577)
Custos e perdas financeiros	23	(76.410)	(69.776)
Proveitos e ganhos financeiros		538	394
		(75.872)	(69.382)
Resultado líquido do exercício		(171.050)	(431.959)
Número médio de ações ordinárias emitidas	10	10.000	10.000
Resultado por ação (milhares de Euros)		(58,46)	(23,15)

O Anexo faz parte integrante destas demonstrações.

PARUPS, S.A.

DEMONSTRAÇÕES DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO INDIVIDUAL

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

(Montantes expressos em milhares de Euros)

	Capital	Reservas de reavaliação	Resultados transitados	Resultado do exercício	Total
Saldos em 31 de Dezembro de 2010	50	168	-	(16.439)	(16.221)
Aplicação do resultado de 2010	-	-	(16.439)	16.439	-
Rendimento integral do exercício	-	1.581	-	(431.959)	(430.378)
Saldos em 31 de Dezembro de 2011	50	1.749	(16.439)	(431.959)	(446.599)
Aplicação do resultado de 2011	-	-	(431.959)	431.959	-
Outros	-	-	12	-	12
Rendimento integral do exercício	-	6.650	-	(171.050)	(164.400)
Saldos em 31 de Dezembro de 2012	50	8.399	(448.386)	(171.050)	(610.987)

O Anexo faz parte integrante destas demonstrações.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA INDIVIDUAISPARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

(Montantes expressos em milhares de Euros)

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
<u>ACTIVIDADE OPERACIONAL</u>		
Recebimentos de clientes	519	-
Pagamentos a fornecedores	(627)	(1.963)
Pagamentos ao pessoal	(42)	(5)
Caixa gerada pelas operações	<u>(150)</u>	<u>(1.968)</u>
Pagamento do imposto sobre o rendimento	(2)	-
Outros recebimentos	135	-
Outros pagamentos	(2.693)	-
	<u>(2.560)</u>	<u>-</u>
Fluxo da actividade operacional	<u>(2.710)</u>	<u>(1.968)</u>
<u>ACTIVIDADE DE INVESTIMENTO</u>		
(Pagamentos) / recebimentos respeitantes a:		
Investimentos financeiros	57.286	2.847
Juros obtidos	-	4.297
Existências	(10.058)	2.950
Outros activos	(42.550)	82
Fluxo da actividade de investimento	<u>4.678</u>	<u>10.176</u>
<u>ACTIVIDADE DE FINANCIAMENTO</u>		
Recebimentos provenientes de:		
Empréstimos obtidos	356.250	68.329
	<u>356.250</u>	<u>68.329</u>
Pagamentos respeitantes a:		
Empréstimos obtidos	(275.902)	(44.236)
Outros juros pagos	(75.565)	(31.974)
	<u>(351.467)</u>	<u>(76.210)</u>
Fluxos da actividade de financiamento	<u>4.783</u>	<u>(7.881)</u>
Variação de caixa e equivalentes de caixa	6.751	327
Efeito das diferenças de câmbio	-	9
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	987	651
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	7.738	987

O Anexo faz parte integrante destas demonstrações.

PARUPS, S.A.

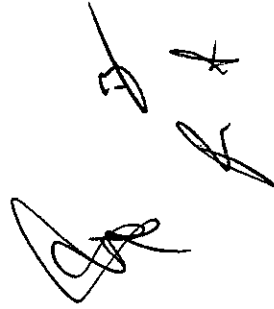
DEMONSTRAÇÕES DO RENDIMENTO INTEGRAL INDIVIDUAL

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

(Montantes expressos em milhares de Euros)

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Resultado individual	<u>(171.050)</u>	<u>(431.959)</u>
Reservas de reavaliação:		
Reavaliação de outros investimentos	6.650	1.602
Transferência para resultados por alienação	-	(21)
Resultado não reconhecido na demonstração de resultados	<u>6.650</u>	<u>1.581</u>
Rendimento integral individual	<u>(164.400)</u>	<u>(430.378)</u>

O Anexo faz parte integrante destas demonstrações.



3. ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS

PARUPS, S.A.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011
(Montantes em milhares de Euros – mEuros, exceto quando expressamente indicado)

I. NOTA INTRODUTÓRIA

A PARUPS, S.A. (“Sociedade” ou “Parups”) foi constituída através de escritura pública celebrada em 16 de Setembro de 2010, tendo iniciado a sua atividade em 2 de Novembro de 2010. A Sociedade tem por objeto social a prestação de serviços de consultoria, aquisição para a Sociedade de títulos, de créditos ou imóveis e a respetiva gestão de bens pertencentes à Sociedade. Aquisição de imóveis para revenda

Em Dezembro de 2010, a Sociedade adquiriu ao Banco Português de Negócios, S.A. (BPN), entidade atualmente designada por Banco BIC Português, S.A., ao Banco Efisa, S.A. e à BPN Crédito - IFIC, S.A., um conjunto de ativos que se encontravam nos seus balanços em 30 de Novembro de 2010, pelo seu valor nominal. No âmbito desta operação, o BPN prestou uma carta-conforto à Sociedade, válida enquanto esta entidade fosse por si detida, garantindo quaisquer danos incorridos por esta, na medida do enriquecimento obtido pelo BPN e pelas suas filiais, na alienação daqueles ativos, motivo pelo qual o Conselho de Administração entendeu não registar quaisquer imparidades nas demonstrações financeiras da Sociedade.

No exercício de 2011, no âmbito do processo de reprivatização do BPN, foi aprovada pelo Despacho n.º 825/11 – SETF de 3 de Junho, a aquisição pelo Estado Português, através da Direção-Geral do Tesouro e Finanças, da totalidade das ações representativas do capital social da PARUPS, S.A, operação que se concretizou em Fevereiro de 2012. Com a aprovação deste despacho, a PARUPS, S.A passou durante o exercício de 2011, a integrar o Sector Institucional das Administrações Públicas, nos termos do código do Sistema Europeu de Contas Nacionais e Regionais. Com esta operação, cessou a carta-conforto prestada pelo BPN N, tendo o Conselho de Administração da Sociedade refletido nas demonstrações financeiras do exercício de 2011, o reconhecimento das imparidades para os ativos adquiridos.

Em 9 de Dezembro de 2011 foi assinado entre os acionistas do Banco BIC Português, S.A. e o Estado Português um Acordo Quadro relativo à aquisição da totalidade do capital social do BPN, operação que se concretizou em 30 de Março de 2012. Decorrente do processo de reprivatização do BPN, a Sociedade adquiriu, durante o exercício de 2012, um conjunto de ativos a esta entidade.

As demonstrações financeiras individuais em 31 de Dezembro de 2012 encontram-se pendentes de aprovação pela Assembleia Geral. No entanto, o Conselho de Administração admite que as mesmas venham a ser aprovadas sem alterações significativas.

PARUPS, S.A.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011
(Montantes em milhares de Euros – mEuros, exceto quando expressamente indicado)

2. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

2.1. Bases de apresentação das contas

As demonstrações financeiras individuais foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, com base nos livros e registos contabilísticos da Sociedade mantidos de acordo com os princípios consagrados nas Normas Internacionais de Relato Financeiro (“IAS/IFRS”), tal como adotadas pela União Europeia. Estas correspondem às Normas Internacionais de Relato Financeiro, emitidas pelo Accounting Standards Interpretations Committee (“SIC”), que tenham sido adotadas na União Europeia.

As demonstrações financeiras individuais da Sociedade foram preparadas para aprovação e publicação nos termos da legislação em vigor e para dar cumprimento aos requisitos de apresentação de contas. De acordo com as políticas contabilísticas aplicáveis à atividade individual da Sociedade, os investimentos em associadas e empresas do grupo encontram-se registados ao custo de aquisição. A Sociedade irá preparar, nos termos da legislação em vigor, demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adotadas pela União Europeia, para publicação em separado.

2.2. Adoção de novas normas (IAS/IFRS) ou revisão de Normas já emitidas

Em 2011 a Sociedade utilizou as Normas e Interpretações emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e pelo International Financial Reporting Interpretations Committee (IFRIC) que são relevantes para as suas operações e efetivas para os períodos iniciados a partir de 1 de Janeiro de 2011, desde que aprovadas pela União Europeia.

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões adotadas (“endorsed”) pela União Europeia têm aplicação obrigatória pela primeira vez no exercício findo em 31 de Dezembro de 2012:

Norma	Aplicável nos exercícios iniciados em ou após	
IFRS 7 – Emenda (Transferência de ativos financeiros)	1-Jul-11	Esta emenda vem exigir um maior número de divulgações relativamente a transferências de ativos financeiros.

A aplicação destas Normas e Interpretações não teve impactos materialmente relevantes nas demonstrações financeiras da Sociedade em 31 de Dezembro de 2012.

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões, com aplicação obrigatória em exercícios económicos futuros, foram, até à data de aprovação destas demonstrações financeiras, adotadas (“endorsed”) pela União Europeia:

PARUPS, S.A.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011
(Montantes em milhares de Euros – mEuros, exceto quando expressamente indicado)

Norma	Aplicável nos exercícios iniciados em ou após	
IFRS 10 – Demonstrações financeiras consolidadas	1-Jan-14	Esta norma vem estabelecer os requisitos relativos à apresentação de demonstrações financeiras consolidadas por parte da empresa-mãe, substituindo, quanto a estes aspetos, a norma IAS 27 – Demonstrações Financeiras Consolidadas e Separadas e a SIC 12 – Consolidação – Entidades com Finalidade Especial. Esta norma introduz ainda novas regras no que diz respeito à definição de controlo e à determinação do perímetro de consolidação.
IFRS 12 – Divulgações sobre participações noutras entidades	1-Jan-14	Esta norma vem estabelecer um novo conjunto de divulgações relativas a participações em subsidiárias, acordos conjuntos, associadas e entidades não consolidadas.
IFRS 13 – Mensuração de justo valor	1-Jan-13	Esta norma vem substituir as orientações existentes nas diversas normas IFRS relativamente à mensuração de justo valor. Esta norma é aplicável quando outra norma IFRS requer ou permite mensurações ou divulgações de justo valor.
IAS 27 – Demonstrações financeiras separadas (2011)	1-Jan-14	Esta emenda vem restringir o âmbito de aplicação da IAS 27 às demonstrações financeiras separadas.
IAS 28 – Investimentos em Associadas e Entidades Conjuntamente Controladas (2011)	1-Jan-14	Esta emenda vem garantir a consistência entre a IAS 28 – Investimentos em Associadas e as novas normas adotadas, em particular a IFRS 11 – Acordos Conjuntos.

PARUPS, S.A.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011
(Montantes em milhares de Euros – mEuros, exceto quando expressamente indicado)

Norma	Aplicável nos exercícios iniciados em ou após	
IFRS 7 – Emenda (2011)	1-Jan-13	Esta emenda vem exigir divulgações adicionais ao nível de instrumentos financeiros, nomeadamente informações relativamente àqueles sujeitos a acordos de compensação e similares.

Apesar de aprovadas (“endorsed”) pela União Europeia, estas normas não foram adotadas pela Sociedade no exercício findo em 31 de Dezembro de 2012, em virtude de a sua aplicação não ser ainda obrigatória. Não são estimados impactos significativos nas demonstrações financeiras decorrentes da adoção das mesmas.

2.3. Princípios contabilísticos

Os princípios contabilísticos mais significativos, utilizados na preparação das demonstrações financeiras, foram os seguintes:

a) Especialização de exercícios

A Sociedade regista os proveitos e custos de acordo com o princípio contabilístico da especialização de exercícios, sendo reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento do seu recebimento ou pagamento.

b) Investimentos em associadas e empresas do grupo

Esta rubrica inclui as participações em empresas e em fundos de investimento nas quais a Sociedade exerce um controlo efetivo sobre a sua gestão corrente, de modo a obter benefícios económicos das suas atividades, as quais são denominadas “filiais”. Normalmente o controlo é evidenciado pela detenção de mais de 50% do capital ou dos direitos de voto.

Inclui ainda as participações em empresas e em fundos de investimento em que a Sociedade tem uma influência significativa, mas sobre as quais não exerce um controlo efetivo sobre a sua gestão (“associadas”). Assume-se a existência de influência significativa sempre que a participação se situa entre 20% e 50% do capital ou dos direitos de voto.

Estes ativos são registados ao custo de aquisição, sendo objeto de análises periódicas de imparidade, de acordo com a Norma IAS 36. Aquando da existência de imparidade, o valor de balanço é ajustado pelo montante correspondente à participação nos capitais próprios das participadas (Nota 3). Nas situações em que o valor do capital próprio das participadas é negativo, a Sociedade regista adicionalmente uma provisão para a sua

PARUPS, S.A.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011
(Montantes em milhares de Euros – mEuros, exceto quando expressamente indicado)

participação nas perdas dessas entidades na rubrica “Provisões para outros riscos e encargos”.

2.4. Conversão de saldos e transações em moeda estrangeira

Na preparação das demonstrações financeiras individuais, as transações em moeda estrangeira são registadas com base nas taxas de câmbio indicativas na data em que foram realizadas. Em cada data de balanço, os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional com base na taxa de câmbio em vigor. Os ativos não monetários que sejam valorizados ao justo valor são convertidos com base na taxa de câmbio em vigor na data da última valorização. Os ativos não monetários registados ao custo histórico, incluindo ativos tangíveis e intangíveis, permanecem registados ao câmbio original.

As diferenças de câmbio apuradas na conversão cambial são refletidas em resultados do exercício, com exceção das originadas por instrumentos financeiros não monetários, tal como ações, classificados como disponíveis para venda, que são registadas numa rubrica específica de capital próprio até à sua alienação.

2.5. Instrumentos financeiros

a) Investimentos

Os investimentos são reconhecidos e valorizados de acordo com os IAS 32 e IAS 39, sendo registados na data de contratação pelo justo valor.

i) Investimentos detidos para negociação

Os investimentos detidos para negociação incluem títulos de rendimento variável, obrigações e outros títulos transacionados em mercados ativos, adquiridos com o objetivo de venda ou recompra no curto prazo, bem como derivados. Os derivados de negociação com valor líquido a receber (justo valor positivo) são incluídos na rubrica de investimentos detidos para negociação. Os derivados de negociação com valor líquido a pagar (justo valor negativo), são incluídos na rubrica de passivos financeiros detidos para negociação.

Os investimentos e passivos financeiros detidos para negociação são reconhecidos inicialmente ao justo valor. Os ganhos e perdas decorrentes da valorização subsequente ao justo valor são reconhecidos em resultados.

Os juros inerentes aos investimentos financeiros e as diferenças entre o custo de aquisição e o valor nominal (prémio ou desconto) são calculados de acordo com o método da taxa efetiva e reconhecidos em resultados na rubrica de “Rendimentos e ganhos financeiros”.

PARUPS, S.A.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011
(Montantes em milhares de Euros – mEuros, exceto quando expressamente indicado)

Os dividendos são reconhecidos quando atribuídos ou recebidos. De acordo com este critério, os dividendos antecipados são registados como proveitos no exercício em que é deliberada a sua distribuição.

ii) Outros investimentos

Esta categoria inclui os seguintes instrumentos financeiros:

- Unidades de participação em fundos de investimento;
- Ações;
- Obrigações e outros títulos de rendimento fixo.

Os outros investimentos são mensurados ao justo valor, com exceção de instrumentos de capital não cotados num mercado ativo e cujo justo valor não possa ser mensurado com fiabilidade, os quais permanecem registados ao custo. Os ganhos ou perdas resultantes da reavaliação são registados diretamente em capitais próprios, em “Reservas de reavaliação”. No momento da venda, ou caso seja determinada imparidade, as variações acumuladas no justo valor são transferidas para proveitos ou custos do exercício, sendo registadas nas rubricas de “Rendimentos e ganhos financeiros” ou “Provisões e perdas por imparidade”, respetivamente.

Para efeitos da determinação dos resultados na venda, os investimentos vendidos são valorizados pelo custo médio ponderado de aquisição.

Os juros de instrumentos de dívida classificados nesta categoria são determinados com base no método da taxa efetiva, sendo reconhecidos em “Rendimentos e ganhos financeiros” da demonstração de resultados.

Os dividendos de instrumentos de capital classificados nesta categoria são registados como proveitos na rubrica “Rendimentos e ganhos financeiros” quando é estabelecido o direito da Sociedade ao seu recebimento.

Justo valor

Conforme acima referido, os investimentos registados na categoria de “Investimentos detidos para negociação” e “Ativos financeiros disponíveis para venda” são valorizados pelo justo valor.

O justo valor de um instrumento financeiro corresponde ao montante pelo qual um ativo ou passivo financeiro pode ser vendido ou liquidado entre partes independentes, informadas e interessadas na concretização da transação em condições normais de mercado.

O justo valor de investimentos financeiros é determinado com base em:

Preços (*bid prices*) difundidos por meios de difusão de informação financeira;

PARUPS, S.A.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011
(Montantes em milhares de Euros – mEuros, exceto quando expressamente indicado)

Cotação de fecho na data de balanço, para instrumentos transacionados em mercados ativos.

b) Imparidade para outros investimentos

Conforme referido na Nota 2.5. a), os outros investimentos são registados ao justo valor, sendo as variações no justo valor refletidas em capital próprio, na rubrica “Reservas de reavaliação”.

Sempre que exista evidência objetiva de imparidade, as menos valias acumuladas que tenham sido reconhecidas em reservas são transferidas para custos do exercício sob a forma de perdas por imparidade, na rubrica “Provisões e perdas por imparidade”.

A Norma IAS 39 prevê os seguintes indícios específicos para imparidade em instrumentos de capital:

Informação sobre alterações significativas com impacto adverso na envolvente tecnológica, de mercado, económica ou legal em que o emissor opera que indique que o custo do investimento não venha a ser recuperado;

Um declínio significativo ou prolongado do valor de mercado abaixo do preço de custo.

As perdas por imparidade em instrumentos de capital não podem ser revertidas, pelo que eventuais mais-valias potenciais originadas após o reconhecimento de perdas por imparidade são refletidas em “Reservas de reavaliação”. Caso posteriormente sejam determinadas menos-valias adicionais, considera-se sempre que existe imparidade, pelo que são refletidas em resultados do exercício.

O montante de perda por imparidade apurado é reconhecido diretamente em resultados do exercício. As perdas por imparidade nestes ativos não podem igualmente ser revertidas.

2.6. Existências

As existências encontram-se valorizadas ao menor do custo de aquisição ou valor realizável líquido. O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda deduzido dos custos estimados necessários para efetuar a venda.

2.7. Impostos sobre lucros

Impostos diferidos

Os impostos diferidos correspondem ao impacto no imposto a recuperar / pagar em períodos futuros resultante de diferenças temporárias dedutíveis ou tributáveis entre o valor de balanço dos ativos e passivos e a sua base fiscal, utilizada na determinação do lucro tributável.

PARUPS, S.A.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011
(Montantes em milhares de Euros – mEuros, exceto quando expressamente indicado)

Os passivos por impostos diferidos são registados para todas as diferenças temporárias tributáveis, enquanto que os impostos diferidos ativos só são reconhecidos até ao montante em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros que permitam a utilização das correspondentes diferenças tributárias dedutíveis ou de reporte de prejuízos fiscais.

Os impostos diferidos são calculados com base nas taxas de imposto que se antecipa estarem em vigor à data da reversão das diferenças temporárias, as quais correspondem às taxas aprovadas ou substancialmente aprovadas na data de balanço.

Os impostos sobre o rendimento (correntes ou diferidos) são refletidos nos resultados do exercício, exceto nos casos em que as transações que os originaram tenham sido refletidas noutras rubricas de capital próprio (por exemplo, no caso da reavaliação de ativos financeiros disponíveis para venda). Nestas situações, o correspondente imposto é igualmente refletido por contrapartida de capital próprio, não afetando o resultado do exercício.

A Sociedade não reconheceu impostos diferidos ativos nas demonstrações financeiras individuais, nomeadamente os referentes a prejuízos fiscais reportáveis, na medida em que não dispõe de estudos que demonstrem a probabilidade de obtenção de lucros fiscais no futuro que possibilitem a recuperação dessas diferenças.

2.8. Estimativas contabilísticas críticas e aspetos julgamentais mais relevantes na aplicação das políticas contabilísticas

Na aplicação das políticas contabilísticas acima descritas, é necessária a realização de estimativas pelo Conselho de Administração da Sociedade. As estimativas com maior impacto nas demonstrações financeiras individuais da Sociedade incluem as abaixo apresentadas.

Continuidade de operações

As demonstrações financeiras individuais da Sociedade em 31 de Dezembro de 2012, apresentam capitais próprios negativos no montante de 610.987 mEuros, o que põe em causa a continuidade das operações e obriga à aplicação das normas constantes do Artigo 35º do Código das Sociedades Comerciais. No âmbito do processo de reprivatização do Banco Português de Negócios, S.A. (BPN), acionista da Sociedade, foi aprovada pelo Despacho n.º 825/11 – SETF de 3 de Junho de 2011, a aquisição pelo Estado Português, através da Direção-Geral do Tesouro e Finanças, da totalidade das ações representativas do capital social da PARUPS, S.A., operação que se concretizou em Fevereiro de 2012, tendo passado a integrar o Sector Institucional das Administrações Públicas, nos termos do código do Sistema Europeu de Contas Nacionais e Regionais, e o Estado português assumido diretamente todos os direitos e obrigações relacionadas com a Sociedade.

PARUPS, S.A.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011
(Montantes em milhares de Euros – mEuros, exceto quando expressamente indicado)

Valorização de instrumentos financeiros não transacionados em mercados ativos

De acordo com a Norma IAS 39, a Sociedade valoriza ao justo valor todos os instrumentos financeiros, com exceção dos registados ao custo amortizado. Na valorização de instrumentos financeiros não negociados em mercados líquidos, são utilizadas técnicas de valorização baseadas nas ofertas de compra e venda difundidas através de entidades especializadas. As valorizações obtidas correspondem à melhor estimativa do justo valor dos referidos instrumentos na data do balanço.

Impostos diferidos não registados

A Sociedade não reconheceu impostos diferidos ativos nas demonstrações financeiras individuais, nomeadamente os referentes a prejuízos fiscais reportáveis, na medida em que não dispõe de estudos que demonstrem a probabilidade de obtenção de lucros fiscais no futuro que possibilitem a recuperação dessas diferenças.

3. INVESTIMENTOS EM ASSOCIADAS E EMPRESAS DO GRUPO

Esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2012	2011
Instrumentos de capital	12.029	13.229
Suprimentos	5.856	5.856
	<u>17.885</u>	<u>19.085</u>
Imparidade (Nota 17)		
. Instrumentos de capital	(11.510)	(9.113)
. Suprimentos	(5.856)	(3.956)
	<u>(17.366)</u>	<u>(13.069)</u>
	<u>519</u>	<u>6.016</u>

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, a rubrica “Instrumentos de capital” apresenta o seguinte detalhe:

		2012		2011	
	Participação directa	Valor de balanço	Imparidade	Valor líquido	Valor líquido
<u>No país</u>					
Fundo Capital de Risco do Banco Efisa	30,00%	7.650	(7.131)	519	2.216
Payup Desenvolvimento de Negócios, S.A.	33,30%	1.500	(1.500)	-	1.500
PR&A - Investimentos, SGPS, S.A.	26,10%	400	(400)	-	400
Calzeus - Calçado e Acessórios	89,91%	1.829	(1.829)	-	-
Payup Holding B.V.	76,42%	488	(488)	-	-
		<u>11.867</u>	<u>(11.348)</u>	<u>519</u>	<u>4.116</u>
<u>No estrangeiro</u>					
Tecneira Moçambique, S.A.	60,00%	162	(162)	-	-
		<u>12.029</u>	<u>(11.510)</u>	<u>519</u>	<u>4.116</u>

PARUPS, S.A.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011
(Montantes em milhares de Euros – mEuros, exceto quando expressamente indicado)

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, a rubrica “Suprimentos” apresenta o seguinte detalhe:

	2012		2011	
	Valor de balanço	Imparidade	Valor líquido	Valor líquido
No país				
Payup Desenvolvimento de Negócios, S.A.	1.900	(1.900)	-	1.900
Calzeus - Calçado e Acessórios	255	(255)	-	-
	<u>2.155</u>	<u>(2.155)</u>	<u>-</u>	<u>1.900</u>
No estrangeiro				
Tecneira Moçambique, S.A.	3.701	(3.701)	-	-
	<u>5.856</u>	<u>(5.856)</u>	<u>-</u>	<u>1.900</u>

Os suprimentos concedidos a estas entidades não são remunerados e não têm prazo de reembolso definido.

Os dados financeiros obtidos das contas não auditadas destas empresas em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, podem ser resumidos da seguinte forma:

Entidade	2012		
	% de participação	Capitais próprios (a)	Resultado líquido
No país			
Fundo Capital de Risco do Banco Efisa	30,00%	1.729	(1.655)
Pay Up Desenvolvimento de Negócios, S.A.	33,30%	(2.174)	(5.833)
PR&A - Investimentos, SGPS, S.A.	26,10%	n.d.	n.d.
Calzeus - Calçado e Acessórios	89,91%	n.d.	n.d.
Payup Holding B.V.	76,42%	n.d.	n.d.
No estrangeiro			
Tecneira Moçambique, S.A.	60,00%	n.d.	n.d.

(a) Os capitais próprios incluem o resultado líquido do exercício.

n.d. - não disponível

PARUPS, S.A.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011
(Montantes em milhares de Euros – mEuros, exceto quando expressamente indicado)

Entidade	2011		
	% de participação	Capitais próprios (a)	Resultado líquido
No país			
Fundo Capital de Risco do Banco Efisa	30,00%	7.385	(4.257)
Pay Up Desenvolvimento de Negócios, S.A.	33,30%	5.309	(415)
PR&A - Investimentos, SGPS, S.A.	26,10%	n.d.	n.d.
Calzeus - Calçado e Acessórios	89,91%	n.d.	n.d.
Payup Holding B.V.	76,42%	n.d.	n.d.
No estrangeiro			
Tecneira Moçambique, S.A.	60,00%	n.d.	n.d.

(a) Os capitais próprios incluem o resultado líquido do exercício.

n.d. - não disponível

No exercício de 2011, no âmbito do processo de reprivatização do BPN, foi aprovada pelo Despacho n.º 825/11 – SETF de 3 de Junho, a aquisição pelo Estado Português, através da Direção-Geral do Tesouro e Finanças, da totalidade das ações representativas do capital social da PARUPS, S.A., operação que se concretizou em Fevereiro de 2012. Com a aprovação deste despacho, a PARUPS, S.A. passou durante o exercício de 2011, a integrar o Sector Institucional das Administrações Públicas, nos termos do código do Sistema Europeu de Contas Nacionais e Regionais. Com esta operação, cessou a carta-conforto prestada pelo BPN, tendo o Conselho de Administração da Sociedade refletido nas demonstrações financeiras do exercício de 2011, o reconhecimento das imparidades para os ativos adquiridos.

4. OUTROS INVESTIMENTOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2012	2011
Instrumentos de dívida		
De outros emissores nacionais	37.496	38.321
De outros emissores internacionais	22.574	40.237
	<u>60.070</u>	<u>78.558</u>
Instrumentos de capital		
. Unidades de participação	958.883	1.034.320
. Acções	32.408	15.455
	<u>991.291</u>	<u>1.049.775</u>
	<u>1.051.361</u>	<u>1.128.333</u>
Suprimentos concedidos		
	319	319
	<u>1.051.680</u>	<u>1.128.652</u>
Imparidade (Nota 17)		
. Instrumentos de dívida	(39.063)	(53.964)
. Instrumentos de capital		
- Unidades de Participação	(324.007)	(267.451)
- Acções	(16.834)	(6.096)
	<u>(379.904)</u>	<u>(327.511)</u>
	<u>671.776</u>	<u>801.141</u>

PARUPS, S.A.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011
(Montantes em milhares de Euros – mEuros, exceto quando expressamente indicado)

Em 31 de Dezembro de 2012, a rubrica “Instrumentos de capital – Unidades de participação” inclui unidades de participação de seis fundos de investimento imobiliário, dos quais cinco geridos por uma entidade do Grupo PARPARTICIPADAS, SGPS, S.A, do Diversificação – Fundo Especial de Investimento (Diversificação), que investe essencialmente nestes fundos e de dois fundos de capital de risco estrangeiros, cujo valor líquido contabilístico ascende a 621.495 mEuros.

No âmbito da operação de venda da BPN Gestão de Ativos – SGFIM, S.A. pela PARPARTICIPADAS, SGPS, S.A., ocorrida em 2012, o Estado Português garantiu a manutenção da gestão do Diversificação por aquela sociedade gestora durante um período mínimo de 2 anos. Adicionalmente, conforme previsto no contrato celebrado entre as partes, a Sociedade não poderá efetuar durante um período de 2 anos após a data da venda, o resgate total ou parcial das unidades de participação detidas do Diversificação.

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, a rubrica “Instrumentos de dívida – De outros emissores nacionais” inclui obrigações emitidas pelo veículo de titularização Chaves SME CLO n.º 1, repartidas em diferentes classes de senioridade, cujo montante ascende a 29.502 mEuros e 31.266 mEuros, respectivamente. A Sociedade dispõe de imparidade para estas obrigações no montante de 25.401 mEuros, registada na rubrica “Imparidade para instrumentos de dívida” e apurada com base nos seguintes preços de compra (*bid prices*) fornecidos por uma entidade externa:

	2012	2011
CHAVES SME CLO N.º 1 - A	92%	76%
CHAVES SME CLO N.º 1 - C	30%	15%
CHAVES SME CLO N.º 1 - E	5%	5%
CHAVES SME CLO N.º 1 - F	0%	0%

No exercício de 2012, a Sociedade registou na rubrica “Reservas de reavaliação” mais-valias potenciais no montante de 215 mEuros referente à valorização ocorrida no exercício das classes A e C.

No exercício de 2011, no âmbito do processo de reprivatização do BPN, foi aprovada pelo Despacho n.º 825/11 – SETF de 3 de Junho, a aquisição pelo Estado Português, através da Direção-Geral do Tesouro e Finanças, da totalidade das ações representativas do capital social da PARUPS, S.A. operação que se concretizou em Fevereiro de 2012. Com a aprovação deste despacho, a PARUPS, S.A. passou durante o exercício de 2011, a integrar o Sector Institucional das Administrações Públicas, nos termos do código do Sistema Europeu de Contas Nacionais e Regionais. Com esta operação, cessou a carta-conforto prestada pelo BPN, tendo o Conselho de Administração da Sociedade refletido nas demonstrações financeiras do exercício de 2011, o reconhecimento das imparidades para os ativos adquiridos.

Os títulos classificados nesta rubrica encontram-se detalhados no Inventário de Títulos.

PARUPS, S.A.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011
(Montantes em milhares de Euros – mEuros, exceto quando expressamente indicado)

5. EXISTÊNCIAS

Esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2012	2011
Imóveis	83.694	77.346
Moedas comemorativas	25.792	-
Obras de arte	16.740	-
	<u>126.226</u>	<u>77.346</u>
Imparidade (Nota 17)		
. Imóveis	(42.488)	(37.099)
. Obras de arte	(4.503)	-
	<u>(46.991)</u>	<u>(37.099)</u>
	<u>79.235</u>	<u>40.247</u>

Em 31 de Dezembro de 2012, a rubrica “Moedas comemorativas” diz respeito a 3.224.000 moedas comemorativas do Europeu de futebol - Euro 2004, que foram adquiridas ao BPN durante o exercício de 2012, no âmbito do seu processo de reprivatização.

Em 31 de Dezembro de 2012, a rubrica “Obras de arte” inclui o montante de 13.815 mEuros referente a obras de arte do pintor Joan Miró, adquiridas ao BPN durante o exercício de 2012, no âmbito do seu processo de reprivatização. A Sociedade dispõe de uma imparidade de 4.503 mEuros para estes ativos, apurada a partir da média ponderada entre preços de referência definidos por avaliadores internacionais independentes e propostas de compra recebidas.

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, o detalhe das rubricas “Imóveis” e “Imparidade – Imóveis” é o seguinte:

PARUPS, S.A.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011
(Montantes em milhares de Euros – mEuros, exceto quando expressamente indicado)

Imóvel	2012					
	Valor de aquisição	Imposto Municipal (IMT)	Imposto do Selo	Valor bruto em 31-12-2012	Imparidade	Valor líquido em 31-12-2012
Estrada Interior da Circunvalação	9.216	599	74	9.889	(8.692)	1.197
Herdade da Bandeira	5.095	255	41	5.391	(4.055)	1.336
Largo Dr.º Gregório de Almeida nº 1-4	4.950	322	40	5.312	(3.440)	1.872
Rua D. João I	3.966	258	32	4.256	(620)	3.636
Nó do I.P. 3	3.633	267	33	3.933	(1.784)	2.149
Lagoa - Barracão	3.082	200	25	3.307	(2.402)	905
Rua da Liberdade	2.658	173	21	2.852	(1.972)	880
Rua Álvares Cabral	2.362	145	19	2.526	(1.780)	746
Travessa das Indústrias - Casais de Fomos	1.819	117	15	1.951	(1.162)	789
Zona industrial da Barreira	1.704	111	14	1.829	(1.208)	621
Rua das Buganvílias, nº 25	1.453	87	12	1.552	(957)	595
Avenida de Brasil, Lote 26	1.300	78	10	1.388	(88)	1.300
Catraia de Assequins	1.188	76	10	1.274	(343)	931
Lugar de Cabriz	1.099	55	9	1.163	(964)	199
Av. Dr. Magalhães Lemos	1.073	70	9	1.152	(766)	386
Av. das Oliveiras n.º 51	902	22	7	931	(26)	905
Estrada de Leiria EN208	821	53	7	881	(481)	400
Herdade do Zambujeiro	800	48	6	854	(494)	360
Lugar do Cavadão	749	37	6	792	(777)	15
Rua Simão Bolívar nº195, R/C	706	46	6	758	(575)	183
Condomínio Casas da Baía - Av. do Brasil e Rua Part	683	41	5	729	(439)	290
Rua Luís Barroso	609	44	5	658	(310)	348
Casal dos Barreiros - Santo Onofre	603	30	5	638	(476)	162
Botelheiras	554	66	8	628	(178)	450
Rua Robalo Gouveia nº 47	570	37	5	612	(321)	291
Bouça do Moreira - Monte de São João	561	28	4	593	(459)	134
Urb. Pedra Açada Lote 55 J	534	32	4	570	(218)	352
A. De França n.º 256	518	34	4	556	(2)	554
	53.208	3.331	436	56.975	(34.989)	21.986
Outros imóveis cujo valor contabilístico é inferior a 500 mEuros	25.180	1.330	209	26.719	(7.499)	19.220
	78.388	4.661	645	83.694	(42.488)	41.206

Imóvel	2011					
	Valor de aquisição	Imposto Municipal (IMT)	Imposto do Selo	Valor bruto em 31-12-2011	Imparidade	Valor líquido em 31-12-2011
Estrada Interior da Circunvalação	9.216	599	74	9.889	(8.692)	1.197
Herdade da Bandeira	5.095	255	41	5.391	(3.933)	1.458
Largo Dr. Eugénio De Almeida, Nº1-4	4.950	322	40	5.312	(3.282)	2.030
Rua D. João I	3.966	258	32	4.256	(467)	3.789
Nó do I. P. 3	3.633	267	33	3.933	(1.378)	2.555
Colmeias, Lagoa-Barracão, 2400 Leiria	3.082	200	25	3.307	(1.882)	1.425
Rua da Liberdade	2.658	173	21	2.852	(1.727)	1.125
Zona Industrial da Barreira - Bustos	2.124	132	17	2.273	(1.537)	736
Rua Álvares Cabral	1.817	118	15	1.950	(1.299)	651
Casais do Forno, 2670-746 Lousa, Loures	1.720	112	14	1.846	(1.056)	790
Rua das Buganvílias, N.º 25	1.453	87	12	1.552	(958)	594
Catraia de Assequins	1.188	76	10	1.274	(335)	939
Av. Dr. Magalhães Lemos Margaride	1.073	70	9	1.152	(634)	518
	41.975	2.669	343	44.987	(27.180)	17.807
Outros imóveis cujo valor contabilístico é inferior a 500 mEuros	30.394	1.715	250	32.359	(9.919)	22.440
	72.369	4.384	593	77.346	(37.099)	40.247

No exercício de 2011, no âmbito do processo de reprivatização do BPN, foi aprovada pelo Despacho n.º 825/11 – SETF de 3 de Junho, a aquisição pelo Estado Português, através da Direção-Geral do Tesouro e Finanças, da totalidade das ações representativas do capital social da PARUPS, S.A., operação que se concretizou em Fevereiro de 2012. Com a aprovação deste despacho, a PARUPS, S.A. passou durante o exercício de 2011, a integrar o Sector Institucional das Administrações Públicas, nos termos do código do

PARUPS, S.A.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011
(Montantes em milhares de Euros – mEuros, exceto quando expressamente indicado)

Sistema Europeu de Contas Nacionais e Regionais. Com esta operação, cessou a carta-conforto prestada pelo BPN, tendo o Conselho de Administração da Sociedade refletido nas demonstrações financeiras do exercício de 2011, o reconhecimento das imparidades para os ativos adquiridos.

A rubrica “Imparidade para existências - imóveis” diz respeito à imparidade registada para imóveis adquiridos pela Sociedade, apurada com base em avaliações de peritos avaliadores.

6. OUTRAS CONTAS A RECEBER

Esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Banco BIC Português, S.A.	3.513	-
Fundo Capital de Risco do Banco Efisa	1.200	-
Adiantamentos a fornecedores e outros valores a receber	55	21
	<u>4.768</u>	<u>21</u>

Em 31 de Dezembro de 2012, o valor a receber do Banco BIC Português, S.A. diz respeito a um adiantamento efetuado pela Sociedade para aquisição de imóveis detidos por aquela entidade e que aguardam a realização de escritura. Este montante corresponde ao valor líquido contabilístico destes imóveis em 29 de Março de 2012.

Em 31 de Dezembro de 2012, o valor a receber do Fundo Capital de Risco do Banco Efisa diz respeito à proporção da Sociedade decorrente da operação de redução do capital do Fundo no montante de 4.000 mEuros, aprovada na Assembleia Geral de Participantes realizada em 25 de Outubro de 2012.

No decorrer de 2012, foi deliberado pela Assembleia Geral de Participantes a redução do capital do Fundo de Capital de Risco do Banco Efisa no montante total de 4.000.000 Euros e a distribuição do referido montante na proporção das respetivas participações. Em 31 de Dezembro de 2012, o saldo a receber do Fundo respeita ao valor a receber pela Sociedade decorrente desta operação.

7. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Esta rubrica apresenta a seguinte composição:

PARUPS, S.A.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011
(Montantes em milhares de Euros – mEuros, exceto quando expressamente indicado)

	2012	2011
<u>Estado e outros entes públicos - activo</u>		
Retenções na fonte	355	126
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	93	-
IMT - valores a receber	43	-
Pagamento especial por conta	6	-
	<u>497</u>	<u>126</u>
<u>Estado e outros entes públicos - passivo</u>		
Imposto sobre o rendimento a pagar	2	1
Contribuições para a Segurança Social	2	-
	<u>4</u>	<u>1</u>

A Sociedade é tributada individualmente e encontra-se sujeita a tributação em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC) e correspondente Derrama.

As autoridades fiscais têm a possibilidade de rever a situação fiscal da Sociedade durante um período de quatro anos (seis anos relativamente aos exercícios em que sejam apurados prejuízos fiscais), podendo resultar devido a diferentes interpretações da legislação, eventuais correções ao lucro tributável, dos exercícios de 2009 a 2012. Dada a natureza das eventuais correções que poderão ser efetuadas, não é possível quantificá-las neste momento. No entanto, na opinião dos Conselhos de Administração da Sociedade e das suas participadas, não é previsível que qualquer correção relativa aos exercícios acima referidos seja significativa para as demonstrações financeiras.

Conforme referido na Nota 1, em Dezembro de 2010, a Sociedade adquiriu ao BPN, ao Banco Efisa, S.A. e à BPN Crédito - IFIC, S.A., um conjunto de ativos que se encontravam nos balanços dessas entidades em 30 de Novembro de 2010, pelo seu valor nominal. Atendendo às regras em vigor, para efeitos fiscais, a operação de compra deve ser reconhecida pelo respetivo valor de mercado. Assim, na data em que os ativos em apreço saírem do seu balanço, total ou parcialmente (momento esse em que serão realizados os impactos fiscais definitivos na demonstração de resultados quer por via de mais valias ou perdas assumidas), para efeitos do apuramento dos ganhos ou perdas fiscais, a Sociedade deverá considerar como valor de aquisição o respetivo valor de mercado à data da operação inicial (30 de Novembro de 2010).

O prazo de reporte dos prejuízos fiscais reportáveis (“PFR”) apurados em períodos de tributação iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2012 é de cinco períodos de tributação (este prazo é de quatro anos para os PFR apurados nos períodos de tributação de 2010 e 2011 e de seis anos para os períodos de tributação anteriores). Adicionalmente, a dedução dos PFR encontra-se limitada a 75% do lucro tributável, sendo esta regra aplicável às deduções efetuadas nos períodos de tributação iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2012, independentemente dos períodos de tributação em que tenham sido apurados.

De acordo com o “IAS 12 – Impostos sobre lucros”, os impostos diferidos ativos devem ser registados até ao montante em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros que permitam a utilização das correspondentes diferenças tributárias dedutíveis ou prejuízos fiscais.

PARUPS, S.A.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011
(Montantes em milhares de Euros – mEuros, exceto quando expressamente indicado)

A Sociedade não reconheceu impostos diferidos ativos nas demonstrações financeiras individuais, nomeadamente os referentes a prejuízos fiscais reportáveis, na medida em que não dispõe de estudos que demonstrem a probabilidade de obtenção de lucros fiscais no futuro que possibilitem a recuperação dessas diferenças.

8. INVESTIMENTOS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO

Esta rubrica tem a seguinte composição:

Título	2012			
	Quantidade	Cotação unitária	Valor de aquisição	Valor de balanço em 31-12-2012
Inapa - Investimentos e Participações, S.A.	1.000.000	0,12	920	120

Título	2011			
	Quantidade	Cotação unitária	Valor de aquisição	Valor de balanço em 31-12-2011
Inapa - Investimentos e Participações, S.A.	1.000.000	0,14	920	140

9. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Em 31 de Dezembro de 2012, o saldo desta rubrica respeita essencialmente a depósitos à ordem no Banco BIC Português, S.A. e na Caixa Geral de Depósitos, S.A. nos montantes de 5.733 mEuros e 2.006 mEuros, respetivamente. Em 31 de Dezembro de 2011, o saldo desta rubrica dizia respeito a depósitos à ordem no Banco Português de Negócios, S.A. e na Caixa Geral de Depósitos, S.A. nos montantes de 986 mEuros e 1 mEuros, respetivamente. Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, estes depósitos não são remunerados.

10. CAPITAL

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, o capital social encontra-se integralmente subscrito e realizado, estando representado por dez mil ações com o valor nominal de cinco Euros cada uma, sendo detidas na sua totalidade pela Direção-Geral do Tesouro e Finanças.

As demonstrações financeiras individuais da Sociedade em 31 de Dezembro de 2012, apresentam capitais próprios negativos no montante de 610.987 mEuros, o que põe em causa a continuidade das operações e obriga à aplicação das normas constantes do Artigo 35º do Código das Sociedades Comerciais. No âmbito do processo de reprivatização do BPN, acionista da Sociedade, foi aprovada pelo Despacho n.º 825/11 – SETF de 3 de Junho de 2011, a aquisição pelo Estado Português, através da Direção-Geral do Tesouro e Finanças, da totalidade das ações representativas do capital social da

PARUPS, S.A.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011
(Montantes em milhares de Euros – mEuros, exceto quando expressamente indicado)

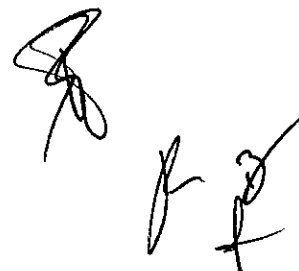
PARUPS, S.A., operação que se concretizou em Fevereiro de 2012, tendo passado a integrar o Sector Institucional das Administrações Públicas, nos termos do código do Sistema Europeu de Contas Nacionais e Regionais e o Estado português assumido diretamente todos os direitos e obrigações relacionadas com a Sociedade.

11. RESERVAS DE REAVALIAÇÃO, RESULTADOS TRANSITADOS E RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO

As rubricas reserva de reavaliação, resultados transitados e resultado líquido, têm a seguinte composição:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Reservas de reavaliação		
- Reserva de justo valor	8.399	1.749
Resultados transitados	(448.386)	(16.439)
Resultado líquido do exercício	(171.050)	(431.959)
	<u>(611.037)</u>	<u>(446.649)</u>

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, a rubrica “Reservas de reavaliação” diz respeito às mais e menos valias potenciais, relativas à carteira de títulos classificados como “Outros investimentos”.



PARUPS, S.A.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011
(Montantes em milhares de Euros – mEuros, exceto quando expressamente indicado)

12. EMPRÉSTIMOS BANCÁRIOS

Esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2012	2011
Financiamento de longo prazo	291.667	499.828
Descoberto bancário	-	68.329
	<u>291.667</u>	<u>568.157</u>
Juros a pagar	-	179
Despesas diferidas	(1.750)	(2.633)
	<u>289.917</u>	<u>565.703</u>

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, esta rubrica diz respeito a financiamentos obtidos junto das seguintes entidades com as seguintes condições:

Entidade	Montante em 31.12.2012	Montante em 31.12.2011	Data máxima de pagamento	Remuneração	Taxa de juro nominal em 31.12.2012	Taxa de juro nominal em 31.12.2011	Cláusula de pagamento antecipado
CGD	291.667	499.828	30-12-2020	Euribor 12 meses + 4,75%	6,73%	6,72%	Nas datas de pagamento dos juros e mediante prévia comunicação escrita à CGD com uma antecedência mínima de 15 dias úteis.
BPN	-	68.329	n.d.	Euribor 1 mês + 3,75%	n.a.	4,29%	n.d.
	<u>291.667</u>	<u>568.157</u>					

n.d.: não definido
n.a.: não aplicável

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, os empréstimos contraídos junto da CGD pela Sociedade, pela PARPARTICIPADAS, SGPS, S.A. e pela PARVALOREM, S.A., entidades detidas pelo Estado Português, no montante total de 381.667 mEuros e 792.953 mEuros, respetivamente, encontram-se colateralizados pelas seguintes garantias:

Penhor das participações sociais detidas pela PARPARTICIPADAS, SGPS, S.A., na Real Vida Seguros, S.A., na BPN Crédito - IFIC, S.A. e no BPN (IFI), S.A.;

Hipoteca sobre os imóveis e penhor dos títulos pertencentes à Sociedade;

Penhor das operações de crédito pertencentes à PARVALOREM, S.A.;

Em 31 de Dezembro de 2011, o descoberto concedido pelo BPN não apresentava prazo de reembolso. Em Janeiro de 2012, a Sociedade liquidou o montante de 33.329 mEuros ao BPN, após a obtenção de um empréstimo junto do Estado Português. O saldo remanescente por liquidar ao BPN, no montante de 35.000 mEuros, foi reestruturado em Março de 2012 num empréstimo mútuo com data de vencimento em 2022. Em 29 de Março de 2012 foi celebrada a cessão de crédito entre o BPN e a PARVALOREM, S.A., e das respetivas garantias, mantendo-se as mesmas condições contratualizadas (Nota 14).

PARUPS, S.A.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011
(Montantes em milhares de Euros – mEuros, exceto quando expressamente indicado)

No decorrer do exercício de 2012 foram ainda realizadas amortizações extraordinárias pelo valor global de 208.161 mEuros aos empréstimos contraídos junto da CGD, dos quais 204.732 mEuros resultaram da concessão de um empréstimo pelo Estado Português em 20 de Dezembro de 2012 à Sociedade (Nota 14).

Os prazos residuais dos financiamentos obtidos têm a seguinte estrutura:

	2012	2011
De três meses a um ano	14.583	68.329
De um ano a 5 anos	87.500	174.940
Mais de cinco anos	189.584	324.888
	<u>291.667</u>	<u>568.157</u>

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, a rubrica “Despesas diferidas” diz respeito ao imposto de selo pago referente ao empréstimo obtido junto da CGD, que se encontra a ser diferido até à data de vencimento do mesmo.

13. EMPRÉSTIMOS OBRIGACIONISTAS

Esta rubrica corresponde a um empréstimo obrigacionista, emitido pela Sociedade. Estas obrigações foram integralmente subscritas pela Caixa Geral de Depósitos, S.A., apresentam garantia do Estado Português e encontram-se admitidas a negociação na Euronext Lisbon e apresenta a seguinte composição:

	2012	2011
Obrigações em circulação	727.850	727.850
Juros a pagar	-	211
	<u>727.850</u>	<u>728.061</u>

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, as principais condições desta emissão são as seguintes:

Obrigações	Valor nominal unitário	Quantidade	Montante (mEuros)	Data de reembolso	Remuneração	Taxa de Juro nominal a 31-12-2012	Taxa de Juro nominal a 31-12-2011	Cláusula de reembolso antecipado
Parups	50.000	14.557	727.850	30-12-2020	Euribor 12M + 3,25%	3,793%	5,217%	“Call Option”, total ou parcial, por redução ao valor nominal das obrigações, a partir da 2ª data de pagamento de juros (inclusive).

PARUPS, S.A.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011
(Montantes em milhares de Euros – mEuros, exceto quando expressamente indicado)

14. OUTROS FINANCIAMENTOS OBTIDOS

Em 31 de Dezembro de 2012, esta rubrica inclui os seguintes montantes:

Entidade	Montante contratado	Saldos em 31.12.2012			Vencimento	Remuneração	Taxa de juro nominal em 31.12.2012
		Capital em dívida	Juros	Total			
DGTF	279.732	279.732	260	279.992	31-12-2017	Taxa fixa anual equivalente ao custo de financiamento do Estado Português	2,79%
DGTF	6.325	6.325	245	6.570	31-12-2017	Taxa fixa anual equivalente ao custo de financiamento do Estado Português	5,49%
Parvalorem, S.A.	35.000	35.000	911	35.911	22-03-2022	Euribor 3 meses + 2,25%	2,43%
	<u>321.057</u>	<u>321.057</u>	<u>1.416</u>	<u>322.473</u>			

Em 20 de Dezembro de 2012, foi concedido à Sociedade um empréstimo pelo Estado Português, através da Direcção-Geral do Tesouro e das Finanças (DGTF), no montante de 279.732 mEuros, com a finalidade de pagamento do adiantamento concedido em 29 de Março de 2012 pela Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública, IGCP, E.P.E. (IGCP). Este financiamento havia sido utilizado pela Sociedade no pagamento parcial da aquisição de ativos ao BPN, na amortização parcial do empréstimo junto da Caixa Geral de Depósitos, S.A. no valor de 204.732 mEuros (Nota 12) e no pagamento de juros no montante de 75.000 mEuros. Este financiamento será reembolsado em quatro prestações a iniciar em 31 de Dezembro de 2014.

Em 29 de Março de 2012 foi celebrada a cessão de crédito entre o BPN e a PARVALOREM, S.A., e das respetivas garantias, do financiamento contratado em Março de 2012 com esta entidade, pelo valor de 35.000 mEuros, mantendo-se as mesmas condições contratualizadas (Nota 14).

15. ACIONISTAS

Em 31 de Dezembro de 2012, o saldo desta rubrica diz respeito a um adiantamento efetuado pelo Estado Português à Sociedade no montante de 35.193 mEuros, que não foi objeto de formalização.

16. OUTROS PASSIVOS

Esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2012	2011
Encargos a pagar		
· Comissões a pagar (Nota 23)	-	1.456
· Encargos com pessoal a pagar	11	-
Proveitos diferidos		
· Rendas de imóveis	10	10
Outros custos a pagar	84	-
	<u>105</u>	<u>1.466</u>

PARUPS, S.A.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011
(Montantes em milhares de Euros – mEuros, exceto quando expressamente indicado)

17. PROVISÕES E PERDAS POR IMPARIDADE

O movimento ocorrido nestas rubricas nos exercícios de 2012 e 2011 apresenta o seguinte detalhe:

	2012				Saldo em 31.12.2012
	Saldo em 31.12.2011	Reforços	Reposições e anulações	Utilizações	
Imparidade para existências (Nota 5)	37.099	10.039	-	(147)	46.991
Imparidade para outros investimentos (Nota 4)	327.511	79.646	(5.069)	(22.184)	379.904
Imparidade para investimentos em associadas e empresas do grupo (Nota 3)	13.069	4.297	-	-	17.366
	<u>377.679</u>	<u>93.982</u>	<u>(5.069)</u>	<u>(22.331)</u>	<u>444.261</u>

	2011				Saldo em 31.12.2011
	Saldo em 31.12.2010	Reforços	Reposições e anulações	Utilizações	
Imparidade para existências (Nota 5)	3.954	33.145	-	-	37.099
Imparidade para outros investimentos (Nota 4)	11.735	315.939	(90)	(73)	327.511
Imparidade para investimentos em associadas e empresas do grupo (Nota 3)	-	13.069	-	-	13.069
	<u>15.689</u>	<u>362.153</u>	<u>(90)</u>	<u>(73)</u>	<u>377.679</u>

No exercício de 2012, as utilizações da rubrica “Imparidade para outros investimentos” dizem respeito maioritariamente ao desreconhecimento de um conjunto de títulos, que se encontravam totalmente provisionados, tendo sido utilizada a respetiva imparidade.

No exercício de 2011, no âmbito do processo de reprivatização do BPN, foi aprovada pelo Despacho n.º 825/11 – SETF de 3 de Junho, a aquisição pelo Estado Português, através da Direção-Geral do Tesouro e Finanças, da totalidade das ações representativas do capital social da Parups, operação que se concretizou em Fevereiro de 2012. Com a aprovação deste despacho, a Parups passou durante o exercício de 2011, a integrar o Sector Institucional das Administrações Públicas, nos termos do código do Sistema Europeu de Contas Nacionais e Regionais. Com esta operação, cessou a carta-conforto prestada pelo BPN, tendo o Conselho de Administração da Sociedade refletido nas demonstrações financeiras do exercício de 2011, o reconhecimento das imparidades para os ativos adquiridos.

PARUPS, S.A.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011
(Montantes em milhares de Euros – mEuros, exceto quando expressamente indicado)

18. VENDAS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E CUSTOS DAS VENDAS

No exercício de 2012, estas rubricas têm a seguinte composição:

Vendas e prestações de serviços:

Imóveis	518
Moedas comemorativas	1.000
	<u>1.518</u>

Custo das vendas:

Imóveis	522
Moedas comemorativas	1.000
	<u>1.522</u>

19. OUTROS PROVEITOS OPERACIONAIS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2012	2011
Ganhos cambiais	2.037	3.479
Juros recebidos de instrumentos de dívida	1.001	1.872
Ganhos em alienações de títulos	181	1.331
Rendas de imóveis	132	143
Outros rendimentos e ganhos	30	7
	<u>3.381</u>	<u>6.832</u>

20. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2012	2011
Trabalhos especializados		
. Inspeções e avaliações	31	41
. Advogados	15	12
. Auditores	66	39
. Outros	189	55
Serviços diversos	145	172
Vigilância e segurança	90	76
Conservação e reparação de imóveis	45	45
Honorários	18	40
Outros	22	4
	<u>621</u>	<u>484</u>

No exercício de 2012, a rubrica “Trabalhos especializados – Auditores” inclui o montante de 66 mEuros relativos aos honorários totais faturados pelo Revisor Oficial de Contas durante o exercício de 2012, respeitantes integralmente à revisão legal das contas, divulgado para efeitos do cumprimento da alteração introduzida pelo Decreto-

PARUPS, S.A.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011
(Montantes em milhares de Euros – mEuros, exceto quando expressamente indicado)

Lei nº 185/2009, de 12 de Agosto, ao Artigo 66º-A do Código das Sociedades Comerciais.

No exercício de 2012, a rubrica “Trabalhos especializados – Outros” inclui o valor de 101 mEuros relativos a custos associados à subcontratação de serviços de administração de imóveis por entidades externas.

21. GASTOS COM O PESSOAL

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2012	2011
Remunerações dos órgãos sociais	58	12
Encargos sobre remunerações	11	1
	<u>69</u>	<u>13</u>

A partir de Maio de 2011, a Sociedade passou a suportar custos com pessoal, respeitante integralmente com os membros do Conselho Fiscal. A partir de Agosto de 2012, com a tomada de posse do novo Conselho de Administração, a Sociedade passou igualmente a suportar os custos da remuneração destes órgãos sociais.

A Sociedade não tem quadro de pessoal, excetuando órgãos sociais, sendo os serviços administrativos assegurados, na sua maioria, por diversas áreas funcionais da Parvalorem, S.A..

22. OUTROS CUSTOS OPERACIONAIS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2012	2011
Perdas em alienações de títulos	4.829	304
Perdas cambiais	2.196	3.348
Impostos	1.899	1.462
Outros gastos e perdas	28	1.735
	<u>8.952</u>	<u>6.849</u>

No exercício de 2012, a rubrica “Perdas em alienações de títulos” corresponde às menos valias obtidas decorrente da venda de títulos, de acordo com o seguinte detalhe:

Título	Custo de aquisição	Valor de venda	Menos valia
Parkland Finance Corporation Series 3 due 2011	3.290	1.156	2.134
Parkland Finance Corporation Series 12 due 2013	2.106	740	1.366
Parkland Finance Corporation Series 10 due 2013	700	246	454
Parkland Finance Corporation Series 9 due 2013	700	246	454
Outros	2.576	2.155	421
	<u>9.372</u>	<u>4.543</u>	<u>4.829</u>

PARUPS, S.A.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011
(Montantes em milhares de Euros – mEuros, exceto quando expressamente indicado)

Em 31 de Dezembro de 2011, a Sociedade dispunha de imparidade para estes títulos no montante de 5.030 mEuros que, com a sua venda no exercício de 2012, foi revertida através da rubrica “Imparidade para outros investimentos” (Nota 17).

No exercício de 2011, o saldo da rubrica “Outros gastos e perdas” diz respeito à perda incorrida com a insolvência da entidade Disperfum, S.L., entidade adquirida no âmbito do contrato de promessa de compra celebrado com o Banco Efisa, S.A..

23. CUSTOS E PERDAS FINANCEIROS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2012	2011
<u>Juros e encargos similares</u>		
. Empréstimos bancários e outros empréstimos	37.861	33.856
. Empréstimos obrigacionistas	38.499	35.147
	<u>76.360</u>	<u>69.003</u>
<u>Perdas em investimentos detidos para negociação</u>		
. Instrumentos de capital	50	773
	<u>76.410</u>	<u>69.776</u>

Nos exercícios de 2012 e 2011, a rubrica “Juros e encargos similares – Empréstimos obrigacionistas” inclui os montantes de 1.504 mEuros e 1.456 mEuros, respetivamente, relativos à comissão de garantia devida ao Estado Português pela emissão do empréstimo obrigacionista pela Sociedade (Nota 16).

24. RELATO POR SEGMENTOS

A distribuição dos principais ativos, passivos e rubricas de resultados por linha de negócio e mercados geográficos em 31 de Dezembro de 2012 e 2011 é a seguinte:

Linhas de negócio

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, a atividade da Sociedade corresponde integralmente à gestão de investimentos financeiros e de imóveis.

PARUPS, S.A.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011
(Montantes em milhares de Euros – mEuros, exceto quando expressamente indicado)

Mercados Geográficos

	2012						
	Portugal	Resto da União Europeia	América do Norte	América Latina	África	Outros	Total
Investimentos em associadas, empresas do grupo e outros investimentos	636.067	19.784	200	8.834	5.617	1.793	672.295
Investimentos detidos para negociação	120	-	-	-	-	-	120
Caixa e equivalentes de caixa	7.738	-	-	-	-	-	7.738
Outros	84.500	-	-	-	-	-	84.500
Activo líquido total	728.425	19.784	200	8.834	5.617	1.793	764.653
Empréstimos bancários	289.917	-	-	-	-	-	289.917
Empréstimos obrigacionistas	727.850	-	-	-	-	-	727.850
Outros	357.873	-	-	-	-	-	357.873
Passivo Total	1.375.640	-	-	-	-	-	1.375.640

	2012						
	Portugal	Resto da União Europeia	América do Norte	América Latina	África	Outros	Total
Custo das vendas	(1.522)	-	-	-	-	-	(1.522)
Fornecimentos e serviços externos	(621)	-	-	-	-	-	(621)
Provisões e perdas por imparidade	(76.430)	(5.635)	(9)	(1.763)	(3.909)	(1.167)	(88.913)
Custos com pessoal	(69)	-	-	-	-	-	(69)
Outros custos operacionais	(8.952)	-	-	-	-	-	(8.952)
Operacionais	(87.594)	(5.635)	(9)	(1.763)	(3.909)	(1.167)	(100.077)
Vendas e prestações de serviços	1.518	-	-	-	-	-	1.518
Proveitos e ganhos financeiros	538	-	-	-	-	-	538
Custos e perdas financeiras	(76.410)	-	-	-	-	-	(76.410)
Outros proveitos operacionais	3.381	-	-	-	-	-	3.381
Operacionais	(158.567)	(5.635)	(9)	(1.763)	(3.909)	(1.167)	(171.050)

	2011						
	Portugal	Resto da União Europeia	América do Norte	América Latina	África	Ásia	Total
Investimentos em associadas, empresas do grupo e outros investimentos	759.993	37.241	6.932	(893)	3.421	463	807.157
Investimentos detidos para negociação	140	-	-	-	-	-	140
Caixa e equivalentes de caixa	987	-	-	-	-	-	987
Outros	40.394	-	-	-	-	-	40.394
Activo líquido total	801.514	37.241	6.932	(893)	3.421	463	848.678
Empréstimos bancários	565.703	-	-	-	-	-	565.703
Empréstimos obrigacionistas	728.061	-	-	-	-	-	728.061
Outros	1.513	-	-	-	-	-	1.513
Passivo Total	1.295.277	-	-	-	-	-	1.295.277

	2011						
	Portugal	Resto da União Europeia	América do Norte	América Latina	África	Ásia	Total
Fornecimentos e serviços externos	(484)	-	-	-	-	-	(484)
Provisões e perdas por imparidade	(305.385)	(44.506)	(4.941)	(2.953)	(3.866)	(412)	(362.063)
Custos com pessoal	(13)	-	-	-	-	-	(13)
Outros custos operacionais	(6.849)	-	-	-	-	-	(6.849)
Operacionais	(312.731)	(44.506)	(4.941)	(2.953)	(3.866)	(412)	(369.409)
Proveitos e ganhos financeiros	394	-	-	-	-	-	394
Custos e perdas financeiras	(69.776)	-	-	-	-	-	(69.776)
Outros proveitos operacionais	6.832	-	-	-	-	-	6.832
Operacionais	(375.281)	(44.506)	(4.941)	(2.953)	(3.866)	(412)	(431.959)

PARUPS, S.A.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011
(Montantes em milhares de Euros – mEuros, exceto quando expressamente indicado)

25. ENTIDADES RELACIONADAS

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, são consideradas entidades relacionadas da Sociedade, a Direção Geral do Tesouro e Finanças e as outras entidades pertencentes ao Estado Português. Em 31 de Dezembro de 2011, para além destas, era ainda considerado o Banco Português de Negócios, S.A..

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, as demonstrações financeiras individuais da Sociedade incluem os seguintes saldos e transações com entidades relacionadas:

	2012		
	Direcção Geral do Tesouro e Finanças	CGD	Parvalorem, S.A.
Activo:			
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 9)	-	2.006	-
Passivo:			
Empréstimos bancários (Nota 12)	-	291.667	-
Empréstimos obrigacionistas (Nota 13)	-	727.850	-
Outros financiamentos obtidos (Nota 14)	286.563	-	35.911
Accionistas (Nota 15)	35.193	-	-
Gastos:			
Custos e perdas financeiros (Nota 23)	2.007	73.092	911
	<u>323.763</u>	<u>1.094.615</u>	<u>36.822</u>

	2011		
	Direcção Geral do Tesouro e Finanças	CGD	BPN
Activo:			
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 9)	-	1	986
Passivo:			
Empréstimos bancários (Nota 12)	-	497.374	68.329
Empréstimos obrigacionistas (Nota 13)	-	728.061	-
Outros passivos (Nota 14)	1.456	-	-
Rendimentos:			
Proveitos e ganhos financeiros	-	-	3
Gastos:			
Custos e perdas financeiros (Nota 22)	1.456	67.323	224
Outros gastos	-	73	47
	<u>2.912</u>	<u>1.292.832</u>	<u>69.589</u>

PARUPS, S.A.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011
(Montantes em milhares de Euros – mEuros, exceto quando expressamente indicado)

26. DIVULGAÇÕES RELATIVAS A INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Políticas de gestão do risco

Risco de Taxa de Juro

O risco de taxa de juro pode ser definido como o impacto nos resultados e nos capitais próprios de uma variação adversa das taxas de juro de mercado. Incorre-se na assunção de risco de taxa de juro sempre que, no desenvolvimento da atividade, se contratam operações com fluxos financeiros futuros sensíveis a eventuais variações da taxa de juro.

O desenvolvimento do valor nominal dos instrumentos financeiros com exposição a risco de taxa de juro, em função da sua maturidade ou data de refixação em 2012 e 2011, é apresentado no quadro seguinte:

	2012								Total
	Datas de Refixação / Datas de Maturidade								
	<= 7 Dias	> 7 Dias <= 1 Mês	> 1 Mês <= 3 Meses	> 3 Meses <= 6	> 6 Meses <= 12	> 12 Meses <= 3 Anos	> 3 Anos	Indeterminado	
Activo									
Investimentos em associadas, empresas do grupo e outros investimentos	-	4.537	4.849	4.420	765	-	-	657.724	672.295
	-	4.537	4.849	4.420	765	-	-	657.724	672.295
Passivo									
Empréstimos bancários e outros financiamentos	-	-	-	-	289.916	35.911	286.563	-	612.390
Empréstimos obrigacionistas	-	-	-	-	727.850	-	-	-	727.850
Accionistas	-	-	-	-	-	-	-	35.193	35.193
	-	-	-	-	1.017.766	35.911	286.563	35.193	1.375.433
Exposição Líquida	-	4.537	4.849	4.420	1.018.531	35.911	286.563	692.917	2.047.728

	2011								Total
	Datas de Refixação / Datas de Maturidade								
	<= 7 Dias	> 7 Dias <= 1 Mês	> 1 Mês <= 3 Meses	> 3 Meses <= 6	> 6 Meses <= 12	> 12 Meses <= 3 Anos	> 3 Anos	Indeterminado	
Activo									
Investimentos em associadas, empresas do grupo e outros investimentos	-	17.565	7.631	7.645	-	3.137	3.566	767.613	807.157
	-	17.565	7.631	7.645	-	3.137	3.566	767.613	807.157
Passivo									
Empréstimos bancários	68.329	-	-	-	497.374	-	-	-	565.703
Empréstimos obrigacionistas	-	-	-	-	728.061	-	-	-	728.061
	68.329	-	-	-	1.225.435	-	-	-	1.293.764
Exposição Líquida	68.329	17.565	7.631	7.645	1.225.435	3.137	3.566	767.613	2.100.921

PARUPS, S.A.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011
(Montantes em milhares de Euros – mEuros, exceto quando expressamente indicado)

Risco de Liquidez

O risco de liquidez é o risco de uma instituição não possuir recursos suficientes para financiar os seus ativos ou para honrar os seus compromissos sem incorrer em perdas inaceitáveis.

Os cash-flows previsionais (não descontados), dos instrumentos financeiros, de acordo com a respetiva maturidade contratual, apresentam o seguinte detalhe:

	2012							
	Prazos Residuais Contratuais							
	Até 1 Mês	De 1 Mês a 1 ano	De 1 Ano a 3 Anos	De 3 Anos a 5 Anos	De 5 Anos a 10 Anos	Mais de 10 anos	Indeterminado	Total
Activo								
Investimentos em associadas, empresas do grupo e outros investimentos	-	2.523	3.909	4.452	3.347	8.085	649.979	672.295
	-	2.523	3.909	4.452	3.347	8.085	649.979	672.295
Passivo								
Empréstimos bancários e outros financiamentos	-	17.932	200.545	228.470	165.443	-	-	612.390
Empréstimos obrigacionistas	-	36.393	127.373	191.061	373.023	-	-	727.850
Accionistas	-	-	-	-	-	-	35.193	35.193
	-	54.325	327.918	419.531	538.466	-	35.193	1.375.433
Diferencial	-	(51.802)	(324.009)	(415.079)	(535.119)	8.085	614.766	(703.138)

	2011							
	Prazos Residuais Contratuais							
	Até 1 Mês	De 1 Mês a 1 ano	De 1 Ano a 3 Anos	De 3 Anos a 5 Anos	De 5 Anos a 10 Anos	Mais de 10 anos	Indeterminado	Total
Activo								
Investimentos em associadas, empresas do grupo e outros investimentos	-	2.811	5.426	770	5.612	9.975	782.563	807.157
	-	2.811	5.426	770	5.612	9.975	782.563	807.157
Passivo								
Empréstimos bancários	68.329	-	82.479	112.461	322.434	-	-	565.703
Empréstimos obrigacionistas	-	-	89.526	163.766	474.769	-	-	728.061
	68.329	-	152.005	276.227	797.203	-	-	1.293.764
Diferencial	(68.329)	2.811	(146.579)	(275.457)	(791.591)	9.975	782.563	(466.607)

Risco de crédito

Qualidade do risco de crédito dos instrumentos de dívida

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, os títulos de dívida apresentam a seguinte composição de acordo com o rating de referência utilizado pela Sociedade:

PARUPS, S.A.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011
(Montantes em milhares de Euros – mEuros, exceto quando expressamente indicado)

	2012				Total
	Portugal	Resto União Europeia	América do Norte	Outros	
<i>Outros investimentos:</i>					
AA- até AA+	-	-	-	-	-
A- até A+	-	940	-	1.000	1.940
Menor que A-	4.101	4.541	-	-	8.642
Sem Rating	4.203	6.436	-	-	10.639
	<u>8.304</u>	<u>11.917</u>	<u>-</u>	<u>1.000</u>	<u>21.221</u>
<i>Emitidos por:</i>					
Instituições financeiras	2.131	7.519	-	-	9.650
Outros emitentes	6.173	4.398	-	1.000	11.571
	<u>8.304</u>	<u>11.917</u>	<u>-</u>	<u>1.000</u>	<u>21.221</u>
	2011				Total
	Portugal	Resto União Europeia	América do Norte	Outros	
<i>Outros investimentos:</i>					
AA- até AA+	-	97	-	-	97
A- até A+	3.135	1.656	882	-	5.673
Menor que A-	12.511	2.330	-	-	14.841
Sem Rating	18.921	6.113	-	3.680	28.714
	<u>34.567</u>	<u>10.196</u>	<u>882</u>	<u>3.680</u>	<u>49.325</u>
<i>Emitidos por:</i>					
Instituições financeiras	1.671	4.107	-	3.680	9.458
Outros emitentes	32.896	6.089	882	-	39.867
	<u>34.567</u>	<u>10.196</u>	<u>882</u>	<u>3.680</u>	<u>49.325</u>

Risco de Mercado

O risco de mercado é o risco da existência de perdas decorrentes da variação adversa de valor de um instrumento financeiro como consequência da variação de fatores de risco, nomeadamente taxa de juro, taxa de câmbio, spreads de crédito, preços de ações e preços de mercadorias.

O risco de mercado é medido diariamente em termos de sensibilidade a variações nos fatores de risco, como sejam a taxa de juro (*basis point value*) e as taxas de câmbio.

PARUPS, S.A.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011
(Montantes em milhares de Euros – mEuros, exceto quando expressamente indicado)

Risco de Taxa de juro

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, o impacto no justo valor dos instrumentos financeiros sensíveis a risco de taxa de juro de deslocações paralelas na curva das taxas de juro de referência de 50, 100 e 200 basis points (bp), respetivamente, pode ser demonstrado pelos seguintes quadros:

	2012					
	-200 bp	-100 bp	-50 bp	+50 bp	+100 bp	+200 bp
Activo						
Investimentos em associadas, empresas do grupo e outros investimentos	67	34	17	(17)	(34)	(67)
Total activo sensível	67	34	17	(17)	(34)	(67)
Passivo						
Empréstimos bancários e outros financiamentos	(16.485)	(8.243)	(4.121)	4.121	8.243	16.485
Empréstimos obrigacionistas	(10.481)	(5.241)	(2.620)	2.620	5.241	10.481
Total passivo sensível	(26.966)	(13.483)	(6.742)	6.742	13.483	26.966
Total Ganho / Perda	(26.899)	(13.450)	(6.725)	6.725	13.450	26.899

	2011					
	-200 bp	-100 bp	-50 bp	+50 bp	+100 bp	+200 bp
Activo						
Investimentos em associadas, empresas do grupo e outros investimentos	372	186	93	(93)	(186)	(372)
Total activo sensível	372	186	93	(93)	(186)	(372)
Passivo						
Empréstimos bancários	(7.190)	(3.595)	(1.797)	1.797	3.595	7.190
Empréstimos obrigacionistas	(10.484)	(5.242)	(2.621)	2.621	5.242	10.484
Total passivo sensível	(17.674)	(8.837)	(4.418)	4.418	8.837	17.674
Total Ganho / Perda	(17.302)	(8.651)	(4.325)	4.325	8.651	17.302

No quadro seguinte é apresentado o efeito na margem financeira projetada para os exercícios de 2012 e 2011, de uma deslocação paralela das curvas de taxas de juro de 50, 100 e 200 bp que indexam os instrumentos financeiros sensíveis a variações na taxa de juro:

	2012					
	-200 bp	-100 bp	-50 bp	+50 bp	+100 bp	+200 bp
Proveitos com Juros	(229)	(114)	(57)	57	114	229
Custos com Juros	5.098	2.549	1.274	(1.274)	(2.549)	(5.098)
Margem Financeira	4.869	2.434	1.217	(1.217)	(2.434)	(4.869)
2011						
	-200 bp	-100 bp	-50 bp	+50 bp	+100 bp	+200 bp
Proveitos com Juros	(556)	(278)	(139)	139	278	556
Custos com Juros	7.480	3.740	1.870	(1.870)	(3.740)	(7.480)
Margem Financeira	6.924	3.462	1.731	(1.731)	(3.462)	(6.924)

PARUPS, S.A.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011
(Montantes em milhares de Euros – mEuros, exceto quando expressamente indicado)

Risco Cambial

O risco cambial representa o risco de perdas devido a variações adversas nas taxas de câmbio. Nos exercícios de 2012 e 2011, os instrumentos financeiros apresentam o seguinte detalhe por moeda:

	2012			Total
	Euros	Dólares-Norte Americanos	Outras Moedas	
<u>Activo</u>				
Investimentos em associadas e empresas do grupo	519	-	-	519
Outros investimentos	662.780	8.960	36	671.776
Existências	79.235	-	-	79.235
Outras contas a receber	4.768	-	-	4.768
Estado e outros entes públicos	497	-	-	497
Investimentos detidos para negociação	120	-	-	120
Caixa e equivalentes de caixa	7.664	74	-	7.738
	<u>755.583</u>	<u>9.034</u>	<u>36</u>	<u>764.653</u>
<u>Passivo</u>				
Empréstimos bancários	289.917	-	-	289.917
Empréstimos obrigacionistas	727.850	-	-	727.850
Outros financiamentos obtidos	322.473	-	-	322.473
Accionistas	35.193	-	-	35.193
Fornecedores	98	-	-	98
Estado e outros entes públicos	4	-	-	4
Outros Passivos	105	-	-	105
	<u>1.375.640</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>1.375.640</u>
Exposição líquida	<u>(620.057)</u>	<u>9.034</u>	<u>36</u>	<u>(610.987)</u>

PARUPS, S.A.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011
(Montantes em milhares de Euros – mEuros, exceto quando expressamente indicado)

	2011			Total
	Euros	Dólares-Norte Americanos	Outras Moedas	
Activo				
Investimentos em associadas e empresas do grupo	6.016	-	-	6.016
Outros investimentos	787.722	11.709	1.710	801.141
Existências	40.247	-	-	40.247
Outras contas a receber	21	-	-	21
Estado e outros entes públicos	126	-	-	126
Investimentos detidos para negociação	140	-	-	140
Caixa e equivalentes de caixa	975	12	-	987
	<u>835.247</u>	<u>11.721</u>	<u>1.710</u>	<u>848.678</u>
Passivo				
Empréstimos bancários	565.703	-	-	565.703
Empréstimos obrigacionistas	728.061	-	-	728.061
Fornecedores	46	-	-	46
Estado e outros entes públicos	1	-	-	1
Outros Passivos	1.466	-	-	1.466
	<u>1.295.277</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>1.295.277</u>
Exposição líquida	<u>(460.030)</u>	<u>11.721</u>	<u>1.710</u>	<u>(446.599)</u>

Justo valor

A comparação entre o justo valor e o valor de balanço dos principais ativos e passivos registados pelo custo amortizado, em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, é apresentado como se segue:

	2012				
	Saldos Analisados		Diferença	Saldos não analisados	
Valor de Balanço	Justo Valor			Valor de Balanço	Valor Total de Balanço
Activo					
Caixa e equivalentes de caixa	7.738	7.738	-	-	7.738
Passivo					
Empréstimos bancários e outros financiamentos	612.390	661.933	(52.209)	-	612.390
Empréstimos obrigacionistas	727.850	779.855	(52.005)	-	727.850
	<u>1.340.240</u>	<u>1.441.788</u>	<u>(104.214)</u>	<u>-</u>	<u>1.340.240</u>

PARUPS, S.A.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011
(Montantes em milhares de Euros – mEuros, exceto quando expressamente indicado)

	2011				
	Saldos Analisados			Saldos não analisados	
	Valor de Balanço	Justo Valor	Diferença	Valor de Balanço	Valor Total de Balanço
Activo					
Caixa e equivalentes de caixa	987	987	-	-	987
Passivo					
Financiamentos	565.703	565.703	-	-	565.703
Empréstimos obrigacionistas	728.061	728.061	-	-	728.061
	<u>1.293.764</u>	<u>1.293.764</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>1.293.764</u>

Os critérios utilizados na preparação deste mapa foram os seguintes:

Empréstimos obrigacionistas: Esta rubrica inclui uma emissão de obrigações pela Sociedade efetuada em 30 de Dezembro de 2010, com garantia da República Portuguesa e totalmente subscrita pela Caixa Geral de Depósitos, S.A.. Em 31 de Dezembro de 2012, o justo valor deste financiamento foi calculado tendo por base um spread de 2,25% (spread de referência na contratação das operações de financiamento pelo IGCP). Em 31 de Dezembro de 2011, tendo em conta a evolução das taxas de mercado, a Sociedade considerou que não existiam razões para crer que, se a operação fosse finalizada no final do exercício de 2011, teria condições diferentes. O valor contabilístico era uma aproximação razoável do seu justo valor;

Empréstimos bancários e outros financiamentos: Esta rubrica inclui um financiamento obtido junto da Caixa Geral de Depósitos, S.A., com maturidade em 30 de Dezembro de 2020 e financiamentos contraídos junto da Parvalorem, S.A. e DGTF (em 31 de Dezembro de 2011, tratavam-se de financiamentos obtidos junto do BPN). Em 31 de Dezembro de 2012, o justo valor associado ao financiamento obtido junto da CGD foi calculado tendo por base um spread de 2,25% (spread de referência na contratação das operações de financiamento pelo IGCP). Nos restantes casos, em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, tendo em conta a evolução das taxas de mercado, a Sociedade considerou que não existiam razões para crer que, se as operações fossem finalizadas no final dos respetivos exercícios, teriam condições diferentes. Para estes financiamentos, a Sociedade considera que o valor contabilístico corresponde a uma aproximação razoável do seu justo valor.



Nos exercícios de 2012 e 2011, a forma de apuramento do justo valor dos instrumentos financeiros refletidos nas demonstrações financeiras, pode ser resumida como se segue:

	2012				
	Custo Histórico	Cotações de Mercado	Técnicas de valorização		Total
			Inputs Observáveis de Mercado	Fontes Externas	
Investimentos detidos para negociação	-	120	-	-	120
Outros investimentos	45.163	957.779	5.906	42.832	1.051.680
	<u>45.163</u>	<u>957.899</u>	<u>5.906</u>	<u>42.832</u>	<u>1.051.800</u>

PARUPS, S.A.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011
(Montantes em milhares de Euros – mEuros, exceto quando expressamente indicado)



	2011				Total
	Custo Histórico	Cotações de Mercado	Técnicas de valorização		
Inputs Observáveis de Mercado			Fontes Externas		
Investimentos detidos para negociação	-	140	-	-	140
Outros investimentos	44.621	1.035.389	34.289	14.353	1.128.652
	<u>44.621</u>	<u>1.035.529</u>	<u>34.289</u>	<u>14.353</u>	<u>1.128.792</u>

PARUPS, S.A.
INVENTÁRIO DE TÍTULOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012
(Montantes expressos em milhares de Euros - mEuros)

Natureza e espécie	Cot. Unit.	Quantidade	Valor Nominal	Valor de balanço (bruto)	Imparidade	Valor de balanço (líquido)	Reserva de reavaliação
OUTROS INVESTIMENTOS							
Instrumentos de dívida							
De emissores nacionais							
CHAVES SME CLO N.º 1 - C	79%	15.000.000	15.000.000	2.922	(661)	2.261	31
Grupo Visabeira FRN Julho 2014	83%	2.500.000	2.500.000	2.924	(854)	2.070	405
Obrigações BPN Perpetuas 2008	101%	1.700.000	1.700.000	1.711	-	1.711	-
CHAVES SME CLO N.º 1 - A	115%	24.098.000	24.098.000	1.367	(7)	1.360	184
CHAVES SME CLO N.º 1 - E	5%	9.600.000	9.600.000	9.600	(9.120)	480	-
Obrigações de Caixa Subordinadas 2005	100%	142.500	142.500	143	-	143	-
SLN Obrigações Subordinadas 2006	0%	500.000	500.000	501	(501)	-	-
SLN Rendimento Mais 2004	0%	350.000	350.000	351	(351)	-	-
Obrigações BPN Rendimento Mais 1ª Emissão	103%	39.000	39.000	40	-	40	-
Obrigações BPN Rendimento Mais 2ª Emissão	100%	24.000	24.000	24	-	24	-
P.C. CNE - 12ª Emissão	0%	2.300.000	2.300.000	2.300	(2.300)	-	-
CHAVES SME CLO N.º 1 - F	0%	15.613.000	15.613.000	15.613	(15.613)	-	-
				37.496	(29.407)	8.089	620
De emissores internacionais							
Citibank International PLC - Séries 2007-253-L	89%	5.000.000	5.000.000	5.888	(1.436)	4.452	888
HSBC 5y Principal Protected Multi-Asset Note	99%	2.000.000	2.000.000	2.017	(33)	1.984	17
Phoenix CLO II, LTD - Class 3 Combination Note	77%	1.700.000	1.700.000	1.435	(434)	1.001	137
Aguilae CLO II PLC - Class Z Combination Notes	60%	1.500.000	1.500.000	1.778	(873)	905	273
Jubilee CDO V B.V. - Class W	56%	1.325.000	1.325.000	1.512	(765)	747	183
Grosvenor Place CLO III B.V. - Class D	66%	1.000.000	1.000.000	1.256	(600)	656	250
Morgan Stanley Investment Management Mezzano B.V. - Class E	79%	1.000.000	1.000.000	1.179	(546)	633	366
Harbourmaster Pro-Rata CLO 2 B.V. - Class B2	56%	1.000.000	1.000.000	1.259	(700)	559	250
Harbourmaster CLO 6 B.V. - Class B2	60%	1.000.000	1.000.000	1.221	(661)	560	279
Harbourmaster CLO 5 B.V. - Class B2E	82%	800.000	800.000	1.000	(519)	481	414
Xelo Public Limited Company Series 2006 Piccadilly	48%	1.000.000	1.000.000	1.366	(890)	476	365
Finansbank (Holland) N.V. - Step-up Floating Rate Callable S	124%	400.000	400.000	372	-	372	68
Caixa Penedes - Series A Euro Step-Up Floating rate Non-Cumulative Perpetual Gu.	25%	300.000	300.000	201	(156)	45	21
BBVA - 6 FTPYME - Series A1	97%	37.041	37.041	34	-	34	(1)
H.E.A.T Mezzanine S.A. - Class C	3%	500.000	500.000	504	(490)	14	-
White Pine Corporation Limited Series 2005-1	0%	364.329	364.329	195	(195)	-	-
Exum Ridge CBO 2006-4 Class D	0%	1.000.000	1.000.000	774	(773)	1	-
Parkland Finance Corporation Series C due 2008	0%	102.642	102.642	70	(70)	-	-
White Pine Corporation Limited Series 2004-9	0%	964.271	964.271	513	(515)	(2)	-
DELPHI FIXED 8.25% 15-10-2033		250	-	-	-	-	-
				22.574	(9.656)	12.918	3.510
TOTAL INSTRUMENTOS DE DÍVIDA				60.070	(39.063)	21.007	4.130
Instrumentos de capital - no país							
Fundo de Investimento Imobiliário Aberto BPN Imonegócios	5,81	64.497.584		441.979	(118.014)	323.965	-
Diversificação - Fundo Especial de Investimento	3,30	49.105.693		260.470	(108.582)	151.888	-
Fundo de Investimento Imobiliário Fechado BPN Imoreal	87,64	1.305.512		145.079	(41.466)	103.613	-
Fnd.Inv.Imob.Fcc. BPN Imoglobal	356,01	57.079		59.062	(40.489)	18.573	-
Fnd.Inv.Imob.Fcc. Imosocial	6,77	1.749.276		12.112	-	12.112	735
BPN Gestão de Activos Valorização Patrimonial - Fundo de Capital de Risco	1.841,19	2.495		11.237	(6.071)	5.166	731
Fnd.Inv.Imob.Fcc. BPN Imomarianas	102,83	48.332		5.406	(807)	4.599	-
Luso Carbon Fund - Fundo Especial de Investimento Fechado	44.975,14	46		2.611	(1.046)	1.565	-
Patris Optimização - Fundo Inv. Aberto Misto Obrigações	n.d.	264.663		3.335	(1.786)	1.549	122
New Energy Fund - Fundo Especial de Investimento Fechado	24.236,25	60		3.000	(1.592)	1.408	-
Patris Acções Global - Fundo de Investimento Aberto de Acções Internacionais	4,51	250.000		1.268	-	1.268	(16)
Fundo de Investimento Imobiliário BPN Real Estate	345,82	2.264		1.481	(750)	731	-
Patris Valorização	n.d.	100.180		1.270	(685)	585	64
				948.310	(321.288)	627.022	1.636
Instrumentos de capital - no estrangeiro							
The Infrastructure and Growth Capital Fund, L.P.	n.d.	38		4.840	(137)	4.703	1.472
FCP Outperformance	21.987,33	20		2.870	(1.560)	1.310	870
The leverage India Fund LLC	8.623,88	68		708	(260)	448	83
LON&CAP REAL ESTATE FUND	n.d.	581		382	-	382	11
The Fine Art Fund I	0,92	514.946		524	(150)	374	2
Sciens Global Stra Fund-Classe A	741,01	401		328	(22)	306	20
The Fine Art Fund II	0,71	236.011		187	(29)	158	23
Sciens CH SPV LTD - Classe A	633,89	252		207	(60)	147	3
Eden Rock Finance Master Ltd	0,06	723.637		517	(501)	16	-
La Fayette Regular Growth Ltd B		1.917		15	-	15	-
GLG Patners SICAV MS Fund		72		4	-	4	(1)
ARIS		6		1	-	1	-
GLG Partners European LS fund		13		0	-	0	0
Fairfield Sigma Ltd		1.105		-	-	-	-
				10.583	(2.719)	7.864	2.483
TOTAL INSTRUMENTOS DE CAPITAL				958.893	(324.007)	634.886	4.119
Investimentos noutras empresas							
Suprimentos concedidos							
Green cyber, S.A.		274.658	274.658	275	(137)	138	-
Famigeste, SGPS,S.A.		44.477	44.477	44	-	44	-
				319	(137)	182	-
Participações de capital							
Controlauto	n.d.	144.480	144.480	12.741	(6.899)	5.842	-
Lusitaves - SGPS, S.A.	1,95	2.500.000	2.500.000	9.768	(4.899)	4.869	-
Banco de África Ocidental	20,13	83.074	83.074	1.672	-	1.672	-
Technopark Holdings Limited	n/a	400	400	1.519	(154)	1.365	-
CELF, SGPS S.A.	1,00	847.900	847.900	848	-	848	-
Famigeste, SGPS,S.A.	1,41	250.000	250.000	353	-	353	-
VISA INC - CLASS C	n.d.	7.296	7.296	191	-	191	-
Mindteck (India) Limited	0,03	801.467	801.467	1.215	(1.046)	169	149
ENTIGERE	n.d.	23.200	23.200	116	-	116	-
Green cyber, S.A.	2,39	67.643	67.643	162	(81)	81	-
TAIB BANK	n.d.	513.505	513.505	77	-	77	-
INEGI	n.d.	10.000	10.000	50	-	50	-
Mocambique Companhia de Seguros, S.A.R.L.	2,58	14.850	14.850	39	(3)	36	-
ADRAVE	n.d.	5.000	5.000	15	-	15	-
Investment Circle	n.d.	80.000	80.000	3	-	3	-
BPN - ACE, S.A.	n.d.	-	-	2	-	2	-
GALILEI	n.d.	13.622.778	13.622.778	3.615	(3.615)	-	-
				32.386	(16.697)	15.689	149
TOTAL INVESTIMENTOS NOOUTRAS EMPRESAS				32.705	(16.834)	15.871	149
TOTAL				1.051.669	(379.904)	671.765	8.399

4. CERTIFICAÇÕES

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA

CONTAS INDIVIDUAIS

(Montantes expressos em milhares de Euros)

Introdução

1. Nos termos da legislação aplicável, apresentamos a Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria sobre a informação financeira individual contida no Relatório de Gestão e as demonstrações financeiras individuais anexas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2012 da Parups, S.A. (Sociedade), as quais compreendem o balanço individual em 31 de Dezembro de 2012 (que evidencia um total de 764.653 mEuros e capitais próprios negativos de 610.987 mEuros, incluindo um resultado líquido negativo de 171.050 mEuros), as demonstrações dos resultados individuais, do rendimento integral individual, das alterações no capital próprio individual e dos fluxos de caixa individuais e o correspondente Anexo.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração da Sociedade: (i) a preparação de demonstrações financeiras individuais que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Sociedade, o resultado e o rendimento integral das suas operações, as alterações no seu capital próprio e os seus fluxos de caixa; (ii) que a informação financeira histórica seja preparada de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro, tal como adoptadas pela União Europeia e que seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários; (iii) a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado; (iv) a informação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a sua actividade, posição financeira ou resultados.
3. A nossa responsabilidade consiste em examinar a informação financeira contida nos documentos de prestação de contas acima referidos, incluindo a verificação se, para os aspectos materialmente relevantes, é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso exame.

Âmbito

4. Excepto quanto à limitação descrita no parágrafo 5 abaixo, o exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão / Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que este seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Este exame incluiu a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e informações divulgadas nas demonstrações financeiras individuais e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação. Este exame incluiu, igualmente, a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias, a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade das operações, a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras individuais, e a apreciação, para os aspectos materialmente relevantes, se a informação financeira é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do Relatório de Gestão com os restantes documentos de prestação de contas individuais, bem como as verificações previstas nos números 4 e 5 do artigo 451º do Código das Sociedades Comerciais. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Reserva

5. Conforme descrito na Nota 4, em 31 de Dezembro de 2012 a carteira de títulos da Sociedade inclui unidades de participação de seis fundos de investimento imobiliário, dos quais cinco geridos por uma entidade do Grupo Parparticipadas, SGPS, S.A., do Diversificação – Fundo Especial de Investimento (Diversificação), que investe essencialmente nestes fundos e de dois fundos de capital de risco estrangeiros, cujo valor líquido contabilístico ascende a 621.495 mEuros. As demonstrações financeiras dos fundos de investimento imobiliário com referência a 31 de Dezembro de 2012 foram por nós examinadas e as do fundo Diversificação foram examinadas por outra sociedade de revisores oficiais de contas. Os respectivos Relatórios de Auditoria destes fundos incluem um conjunto de reservas por limitação de âmbito e por desacordo. Adicionalmente, até à data de conclusão do nosso trabalho, não nos foram disponibilizados os Relatórios de Auditoria dos fundos de capital de risco estrangeiros acima referidos. Deste modo, não nos é possível quantificar a eventual redução na valorização destes títulos em 31 de Dezembro de 2012 e o eventual correspondente impacto nas demonstrações financeiras individuais da Sociedade do exercício findo naquela data, que resultam destas situações.

Opinião

6. Em nossa opinião, excepto quanto aos efeitos dos ajustamentos que poderiam revelar-se necessários caso não existisse a limitação descrita no parágrafo 5 acima, as demonstrações financeiras individuais referidas no parágrafo 1 acima apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes para os fins descritos no parágrafo 10 abaixo, a posição financeira individual da Parups, S.A. em 31 de Dezembro de 2012, bem como o resultado e o rendimento integral individuais das suas operações, as alterações no seu capital próprio individual e os seus fluxos de caixa individuais no exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro, tal como adoptadas pela União Europeia e a informação financeira nela constante é, nos termos das definições incluídas nas directrizes mencionadas no parágrafo 4 acima, completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

Ênfases

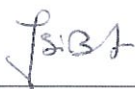
7. Conforme descrito na Nota 10, as demonstrações financeiras individuais da Sociedade em 31 de Dezembro de 2012 apresentam capitais próprios negativos no montante de 610.987 mEuros, o que põe em causa a continuidade das operações e obriga à aplicação das normas constantes do Artigo 35º do Código das Sociedades Comerciais. No âmbito do processo de reprivatização do Banco Português de Negócios, S.A. (BPN), foi aprovada pelo Despacho n.º 825/11 – SETF de 3 de Junho de 2011, a aquisição pelo Estado Português, através da Direcção Geral do Tesouro e Finanças, da totalidade das acções representativas do capital social da Parups, S.A., operação que se concretizou em Fevereiro de 2012, tendo passado a integrar o Sector Institucional das Administrações Públicas, nos termos do código do Sistema Europeu de Contas Nacionais e Regionais, e o Estado português assumido directamente todos os direitos e obrigações relacionados com a Sociedade.
8. Conforme descrito na Nota 1, em 9 de Dezembro de 2011 foi assinado entre os accionistas do Banco BIC Português, S.A. e o Estado Português um Acordo Quadro relativo à aquisição da totalidade do capital social do BPN, operação que se concretizou em 30 de Março de 2012. Decorrente do processo de reprivatização do BPN, a Sociedade adquiriu durante o exercício de 2012 um conjunto de activos a esta entidade. No Anexo às demonstrações financeiras individuais da Sociedade é apresentada informação mais detalhada sobre os impactos contabilísticos desta operação.
9. Conforme descrito na Nota 15, em 31 de Dezembro de 2012 o saldo da rubrica “Passivos correntes - Accionistas” diz respeito a um adiantamento efectuado pelo Estado Português à Sociedade no montante de 35.193 mEuros, que não foi objecto de formalização.

10. As demonstrações financeiras individuais mencionadas no parágrafo 1 acima referem-se à actividade individual da Sociedade, tendo sido elaboradas para aprovação e publicação nos termos da legislação em vigor e para dar cumprimento aos requisitos de apresentação de contas. De acordo com as políticas contabilísticas aplicáveis à actividade individual da Sociedade, os investimentos em associadas e empresas do grupo encontram-se registados ao custo de aquisição. A Sociedade irá preparar, nos termos da legislação em vigor, demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adoptadas pela União Europeia, para publicação em separado.
11. As demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2011 são apresentadas pela Sociedade de forma a dar cumprimento aos requisitos de publicação de contas. Estas demonstrações financeiras foram por nós examinadas e a respectiva Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria incluía uma reserva por limitação ao âmbito semelhante à descrita no parágrafo 5 acima e outra por desacordo, não quantificada, relacionada com o montante das imparidades registadas na demonstração de resultados do exercício de 2011 que deveria ter sido registado na rubrica de resultados transitados no seu início.

Relato sobre outros requisitos legais

12. É também nossa opinião que a informação financeira constante do Relatório de Gestão é concordante com as demonstrações financeiras individuais do exercício de 2012 e o relato sobre as práticas de governo societário inclui os elementos exigíveis à Sociedade nos termos do artigo 245º-A do Código dos Valores Mobiliários.

Lisboa, 30 de Abril de 2013



Deloitte & Associados, SROC S.A.
Representada por José António Mendes Garcia Barata

Exercício de 2012
Relatório e Parecer do Conselho Fiscal

1. De acordo com o disposto no artigo 420º do Código das Sociedades Comerciais, cumpre ao Conselho Fiscal emitir relatório sobre a sua ação fiscalizadora e dar parecer sobre o relatório de gestão, as contas e a proposta de aplicação de resultados apresentados pelo Conselho de Administração da PARUPS, S.A. (adiante designada por Sociedade ou PARUPS), relativo ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2012.
2. Os atuais membros do Conselho Fiscal da PARUPS foram eleitos por Deliberação Unânime do Acionista Único datada de 28 de Abril de 2011.
3. O Conselho Fiscal, no âmbito das competências que lhe estão cometidas, procurou conhecer e fiscalizar, diligentemente, os actos de gestão do Conselho de Administração da Sociedade, tendo, entre outras medidas, reunido regularmente com os membros do Conselho de Administração e com os representantes da Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, para além ter efectuado as reuniões que entendeu necessárias com dirigentes intermédios, designadamente os responsáveis pelas principais Funções ligadas ao Sistema de Controlo Interno. O Conselho Fiscal teve ainda acesso à documentação e aos esclarecimentos que entendeu solicitar para compreender o suporte das decisões tomadas.

O Conselho Fiscal realizou, durante 2012, 10 reuniões formais.

O Conselho Fiscal continua a aprofundar o conhecimento sobre a Sociedade e a respetiva atividade, acompanhando, com a periodicidade e extensão consideradas adequadas, tendo em atenção a natureza e amplitude da actividade, o respectivo desenvolvimento.

4. O Conselho Fiscal analisou o Relatório sobre o Bom Governo da Sociedade elaborado pelo Conselho de Administração da PARUPS.

Por força da aquisição pelo Estado Português, através da Direcção-Geral do Tesouro e Finanças, de 100% das ações representativas do capital social da PARUPS, a Sociedade encontra-se sujeita não só aos respectivos Estatutos e às normas legais relativas às sociedades anónimas – designadamente ao Código das Sociedades Comerciais – mas também, entre outras, ao Regime Jurídico do Sector Empresarial do Estado e das Empresas Públicas, às normas legais aplicáveis à atividade de gestão e alienação dos ativos adquiridos, ao Código dos Valores Mobiliários e regulamentos da CMVM (na parte relativa às UP que detém), ao regulamento de Fundos de Capital de Risco e ao regime Jurídico dos Fundos de Investimento Mobiliário e, ainda, à legislação referente ao controlo financeiro do Estado exercido pelo Tribunal de Contas.

As normas de Prevenção do Branqueamento de Capitais norteiam também a atividade da empresa.

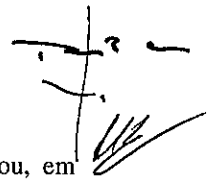
No âmbito interno, o órgão de gestão adoptou vários regulamentos evidenciando a preocupação com os princípios da segregação de funções. Note-se que, pela sua natureza, a Sociedade está também obrigada à elaboração do *Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas*, este ainda em ultimização.

De acordo com a Resolução do Conselho de Ministros nº 49/2007, de 28 de março, que definiu os Princípios do Bom Governo, a empresa obriga-se ainda ao cumprimento das orientações estratégicas definidas pelo acionista para a empresa e para o Sector Empresarial do Estado.

O Conselho Fiscal avaliou ainda o Modelo de Governo em vigor na PARUPS, sendo de parecer que o mesmo assegura uma segregação das funções de administração e fiscalização adequada às atividades exercidas pela Sociedade.

O Conselho Fiscal registou o elevado grau de cumprimento dos Objectivos assumidos pela equipa de gestão.

O Conselho Fiscal tomou conhecimento do nível de cumprimento das orientações legais por parte da PARUPS, bem como das Notas e detalhes apresentados, a este propósito, pelo Conselho de Administração, no seu Relatório sobre o Governo da Sociedade, designadamente no que se refere aos objetivos de gestão, deveres especiais de informação, cumprimento das recomendações do Acionista, aplicação das reduções remuneratórias, contratação pública e plano de redução de custos, pacote remunerativo do Conselho de Administração e parque de veículos do Estado.



5. No âmbito das funções previstas no Código das Sociedades Comerciais, o Conselho Fiscal analisou, em articulação técnica com a Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, o Relatório de Gestão e as Contas referentes ao exercício de 2012, apresentados pelo Conselho de Administração da PARUPS, e que foram aprovados em reunião realizada em 29 de abril de 2013.
6. Com base nos procedimentos que puderam ser desenvolvidos, o Conselho Fiscal, não tendo conhecimento de qualquer dado relevante que pudesse alterar, com materialidade, o seu parecer, conclui que o Relatório de Gestão e as Contas relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, e tendo presente o mencionado no ponto 9 deste parecer, apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da Sociedade naquela data.
7. O Conselho Fiscal destaca que:

A PARUPS é uma sociedade anónima constituída, em 16 de Setembro de 2010, no âmbito do processo de reestruturação financeira do BPN - Banco Português de Negócios, S.A. ("BPN"), seu acionista único, tendo em vista a reprivatização daquele Banco e face à decisão de segregar um conjunto de ativos do balanço individual e consolidado do Banco, transferindo-o para três sociedades constituídas para esse efeito, designadas "PAR's" (PARUPS, PARUPS e PARPARTICIPADAS).

Neste contexto, a Sociedade adquiriu ao "Grupo BPN" um conjunto de imóveis, obras de arte, moedas comemorativas, moedas para coleção e numismática, instrumentos financeiros, quotas e créditos conexos.

Em 2011, a Secretaria de Estado do Tesouro e Finanças aprovou (Despacho 825/11, de 3 de Junho) a aquisição pelo Estado Português da totalidade das ações representativas do capital social da PARUPS, operação que veio a concretizar-se em 14 de Fevereiro de 2012. O Estado Português assumiu, assim, diretamente, todos os direitos e obrigações desta Sociedade. Com a concretização da operação cessou a carta-conforto prestada pelo BPN e o Conselho de Administração veio a fazer refletir, nas demonstrações financeiras do exercício de 2011, o reconhecimento de imparidades para os ativos adquiridos em 2010.

Em 1 de agosto de 2012 inicia funções, em circunstâncias particularmente desafiantes, o novo Conselho de Administração da PARUPS. O ano de 2012 é marcado por profundas mudanças: por um lado, a adaptação ao estatuto de Entidade Pública Reclassificada e integrante do Sector Empresarial do Estado, por outro, por importantes transformações ao nível organizacional e funcional, grande instabilidade ao nível dos recursos humanos, alterações dos meios materiais e técnicos disponíveis e pela procura de soluções adaptadas à atividade de gestão dos ativos sob sua responsabilidade.

O objeto social da empresa contempla, neste momento, a prestação de serviços de consultoria, a aquisição para a sociedade de títulos, de créditos ou imóveis e correlativa gestão de bens pertencentes à Sociedade, sendo o objetivo gerir e potenciar a valorização e rentabilização dos ativos, minimizando as perdas para o acionista num contexto de alienação.

A PARUPS não dispõe de quadro de pessoal à exceção dos elementos que integram os órgãos sociais da empresa, sendo a sua gestão assegurada pela PARVALOREM.

8. Em termos das contas da PARUPS relativas ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2012, o Conselho Fiscal salienta os seguintes indicadores:
 - (i) O Activo Líquido ascendeu a 764.653 mEuros, representando um decréscimo de 84.025 mEuros face a 2011 (em 2011, a mesma rubrica atingia 848.678 mEuros), consequência do reforço das Provisões e Perdas por Imparidade (88.913 mEuros) ligados, designadamente, à já mencionada extinção da carta-conforto do BPN;
 - (ii) Nos Passivos Não Correntes (1.340.240 mEuros) destaque para a amortização parcial de empréstimo bancário compensada pelo aumento da rubrica Outros Financiamentos Obtidos, designadamente a com a contratualização com a Direção-Geral do Tesouro e Finanças, e com financiamento celebrado com a PARVALOREM; nos Passivos Correntes (35.400 mEuros), destaca-se um adiantamento efectuado pelo Estado Português à Sociedade, no montante de 35.193 mEuros, que não foi objeto de formalização;
 - (iii) Os Capitais Próprios, negativos, cifraram-se em 610.987 mEuros, tendo-se degradado 37% relativamente aos valores já apresentados em 2011 (446.599 mEuros, também negativos), situação a que se aplica o artº 35º do Código das Sociedades Comerciais;

- (iv) O Resultado Líquido apurado no exercício de 2012 foi negativo em 171.050 mEuros, registando-se, porém, uma evolução positiva face ao resultado negativo alcançado no ano anterior (em 2011, o resultado tinha sido 431.959 mEuros negativos);
- (v) As Provisões e Perdas por Imparidade (88.913mEuros), na sua maioria afectas ao portfólio de valores mobiliários, e os Gastos e Perdas Financeiras (76.410 mEuros), repartidos entre juros e encargos similares do empréstimo obrigacionista e juros de empréstimos bancários e outros empréstimos), contribuíram decisivamente para o resultado negativo apresentado pela empresa, à semelhança do que se verificara no exercício anterior; note-se que, em 2011, as Provisões e Perdas por Imparidade atingiram 362.063 mEuros, fruto da já mencionada extinção da carta-conforto do BPN e do subsequente reconhecimento de imparidades;
- (vi) Nos Outros Custos Operacionais (8.952 mEuros) é de destacar 1.899 mEuros de Impostos e 4.829 mEuros de Perdas em Alienações de Títulos que aumentaram face a 2011, enquanto as Perdas Cambiais (2.196 mEuros) diminuíram face ao ano anterior.
9. O Conselho Fiscal apreciou ainda o conteúdo da “Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria” emitidos pelo Revisor Oficial de Contas sobre a informação financeira contida no Relatório de Gestão e as demonstrações financeiras anexas relativas ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2012, as quais compreendem o Balanço, as Demonstrações do Rendimento Integral, as Demonstrações das Alterações no Capital Próprio e as Demonstrações dos Fluxos de Caixa e correspondente Anexo.
- O Conselho Fiscal chama a especial atenção para a Reserva constante no pontos 5 e para os Ênfases apresentados nos pontos 7, 8, 9, 10 e 11 da Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria às Contas do Revisor Oficial de Contas.
10. O Conselho Fiscal reitera, finalmente, a observação sobre o estado a que chegaram os capitais próprios negativos da Sociedade, pondo em causa a continuidade das operações e determinando a aplicação das normas constantes do artigo 35º do Código das Sociedades Comerciais.

PARECER:

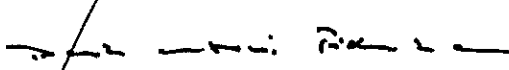
Tudo devidamente ponderado, o Conselho Fiscal é de parecer que a Assembleia Geral:

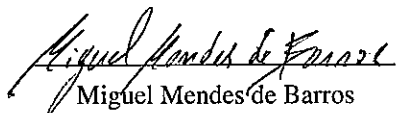
- a) Aprove o Relatório de Gestão e Contas referentes ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2012, apresentados pelo Conselho de Administração da PARUPS, tomando em devida conta o exposto nos números 9 e 10 do presente parecer;
- b) Pondere sobre a proposta de aplicação do resultado do exercício, que faz parte integrante do Relatório de Gestão, apresentado pelo Conselho de Administração;
- c) Proceda à apreciação geral da Administração e Fiscalização da Sociedade e dela retire as conclusões referidas no artigo 455º do Código das Sociedades Comerciais.

Lisboa, 17 de junho de 2013

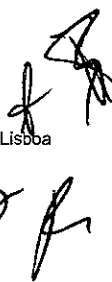
O CONSELHO FISCAL


Maria Rosa Tobias Sá


David António Teixeira de Avelar


Miguel Mendes de Barros

5. RELATÓRIO SOBRE BOM GOVERNO



Parte I – Governo da Sociedade

5.1 Missão, Objetivos, Políticas da Empresa e Cumprimento de Objetivos

As ações representativas do capital social do BPN – BANCO PORTUGUÊS DE NEGÓCIOS, S.A. (“BPN”) foram objeto de nacionalização, por força e nos termos do artigo 2.º da Lei n.º 62-A/2088, de 11 de Novembro.

Subsequentemente, o Decreto-Lei n.º 2/2010, de 05 de Janeiro, aprovou a operação de reprivatização do BPN, tendo sido posteriormente alterado pelo Decreto-Lei n.º 96/2011, de 19 de Agosto, no sentido de também contemplar a possibilidade de recorrer à venda direta na reprivatização do BPN.

Em execução dos Despachos de Sua excelência o Senhor Secretário de Estado do Tesouro e Finanças, respeitante à reestruturação do BPN e medidas subjacentes à mesma, determinadas pelos Despachos de Sua excelência o Senhor Secretário de Estado do Tesouro e Finanças n.º 739/10-SETF, de 19 de Julho, n.º 875/10-SETF, de 19 de Agosto, e n.º 19070-A/2010-SETF, de 15 de Dezembro, foram constituídas através de escritura pública outorgada em 16 de Setembro de 2010, as sociedades PARVALOREM, S.A., PARUPS, S.A. e PARPARTICIPADAS, SGPS, S.A., (sociedades “PAR’S”) tendo como acionista único o BPN.

No âmbito do “Memorandum of Understanding” e do “Memorandum of Economic and Financial Policies” celebrados pelo Governo Português com a Comissão Europeia e com o Fundo Monetário Internacional, respetivamente e em execução do Despacho n.º 825/11 do Senhor Secretário de Estado do Tesouro e Finanças, de 03/06/2011, que determina a aquisição pelo Estado Português, através da Direção-Geral do Tesouro e Finanças das ações, o Estado Português adquiriu 100% das ações representativas do capital social da PARVALOREM, S.A., da PARUPS, S.A. e da PARPARTICIPADAS, SGPS, S.A., ao BPN em 14 de Fevereiro de 2012.

As medidas subjacentes à reestruturação determinadas pelo Despachos de Sua excelência o Senhor Secretário de Estado do Tesouro e Finanças n.º 739/10-SETF, de 19 de Julho, n.º 875/10-SETF, de 19 de Agosto, e n.º 19070-A/2010-SETF, de 15 de Dezembro, passam pela segregação de um conjunto de ativos do balanço individual e consolidado do BPN e pela sua transmissão para as sociedades “PAR’S”.

A PARUPS, S.A. é uma sociedade anónima que tem por objeto social a prestação de serviços de consultoria; aquisição para a sociedade de títulos, de créditos ou imóveis e correlativa gestão de bens pertencentes à sociedade.

Neste enquadramento, coube à PARUPS, S.A. adquirir ao “GRUPO BPN” um conjunto de imóveis, obras de arte, moedas comemorativas, moedas para fins de coleção e numismática, instrumentos financeiros, quotas e créditos conexos.

A missão da PARUPS, S.A. é contribuir para a minimização do esforço financeiro assumido pelo Estado no âmbito da operação de reprivatização do BPN.

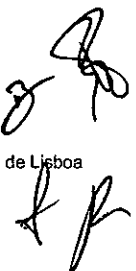
A sociedade tem por objetivo gerir e potenciar a valorização dos ativos sob gestão, por forma a minimizar a perda para o acionista num contexto de alienação.

A PARUPS, S.A. está focada nas diretrizes recebidas do seu acionista único, o Estado Português, de centralização da gestão em políticas de máxima valorização das várias tipologias dos seus ativos com vista a iniciar processos de alienação no menor tempo possível e num clima mais consentâneo com perspectivas de recuperação.

As participações desta sociedade abrangem vários sectores, nomeadamente: Imobiliário, Gestão de Participações Sociais, Fundos, Industria, Serviços e Carteira de Obras de Arte.

Neste enquadramento, foram definidas grandes linhas de atuação:

- Levantamento exaustivo de todas as carteiras de ativos e suas necessidades de gestão administrativa;
- Iniciar processo de avaliação dos ativos;
- Identificar os processos mais adequados à gestão da venda das várias tipologias de ativos;
- Assegurar, através das estruturas da PARVALOREM, S.A. o normal funcionamento da atividade da PARUPS, S.A. num clima de reestruturação das PAR'S;
- Racionalizar todos os recursos disponíveis, tecnológicos e humanos com base no suporte operacional e tecnológico da PARVALOREM, S.A.;
- Analisar e racionalizar os contratos de prestação de serviços associados aos vários ativos;
- Assegurar a gestão corrente e estratégica do património de ativos resultantes do espólio do BPN, S.A., nomeadamente nas áreas dos ativos financeiros, ativos imobiliários, obras de arte e moedas;
- Assegurar o cumprimento de todos os regulamentos em vigor, nomeadamente os aplicáveis às sociedades gestoras de ativos e aos fundos;
- Adaptar a informação de gestão interna aos requisitos exigidos às empresas do SEE (Sector Empresarial do Estado).



Cumprimento de objetivos:

A análise do grau de cumprimento dos objetivos fundamenta-se na prossecução de um princípio básico de interesse público que conduziu à constituição da sociedade, nomeadamente a minimização do esforço financeiro do Estado, nas orientações do acionista e nas regras de bom governo definidas para o SEE (*Sector Empresarial do Estado*).

Linhas de Atuação/Objetivos	Grau de Cumprimento	OBS
Levantamento exaustivo de todas as carteiras de ativos e suas necessidades de gestão administrativa	100%	
Iniciar processo de avaliação dos ativos	100%	
Identificar os processos mais adequados à gestão da venda das várias tipologias de ativos	80%	
Assegurar, através das estruturas da PARVALOREM o normal funcionamento da atividade da PARUPS, num clima de reestruturação das PAR'S	100%	
Racionalizar todos os recursos disponíveis, tecnológicos e humanos com base no suporte operacional e tecnológico da PARVALOREM	100%	
Analisar e racionalizar os contratos de prestação de serviços associados aos vários ativos	80%	
Assegurar a gestão corrente e estratégica do património de ativos resultantes do espólio do BPN, S.A., nomeadamente nas áreas dos ativos financeiros, ativos imobiliários, obras de arte e moedas	100%	
Assegurar o cumprimento de todos os regulamentos em vigor, nomeadamente os aplicáveis às sociedades gestoras de ativos financeiros e não financeiros	100%	
Adaptar a informação de gestão interna aos requisitos exigidos às empresas do SEE (Sector Empresarial do Estado).	70%	Adaptação gradual da informação interna às normas do SEE

5.2 Regulamentos Internos e Externos a que a Empresa está sujeita

A PARUPS, S.A. rege-se pelos seus estatutos que fazem parte integrante da escritura de constituição da sociedade, pelas normas legais relativas às sociedades anónimas, designadamente pelo **Código das Sociedades Comerciais**, pelo **Regime Jurídico do Sector Empresarial do Estado e das Empresas Públicas**, pelas **normas legais aplicáveis à atividade de gestão e alienação dos ativos adquiridos** e na parte em que estas não disponham imperativamente, às **normas gerais de serviço e manuais de procedimentos em vigor nas entidades cedentes desses ativos** (*por decisão do Conselho de Administração*), exceto na parte em que as mesmas sejam exclusivas desse tipo de instituições.

A atividade da sociedade, nomeadamente gerir e alienar os ativos adquiridos ao "GRUPO BPN" é desenvolvida de acordo com as melhores práticas de relacionamento com todos os interlocutores, não envolvendo metodologias de negociação ou outras que possam comprometer a **proteção do consumidor** ou uma **concorrência** sã e leal.

A Gestão dos Fundos Imobiliários e Mobiliários correspondentes às Unidades de Participação que detém é da responsabilidade da entidade gestora que se rege pelo **Código dos Valores Mobiliários**, por todos os **regulamentos da CMVM – Comissão do Mercado de Valores mobiliários**, pelo **regulamento de Fundos de Capital de Risco** e pelo **Regime Jurídico dos Fundos de Investimento Imobiliário**.

Os membros do Conselho de Administração da empresa estão sujeitos ao **Estatuto de Gestor Público**.

Pela sua relevância destacamos ainda a legislação referente ao controlo financeiro exercido pelo **Tribunal de Contas**.

As normas de **Prevenção de Branqueamento de Capitais e Financiamento ao Terrorismo**, norteiam a atividade da empresa sendo o seu rigoroso cumprimento acompanhado pelo Compliance e pela Auditoria Interna da PARVALOREM, S.A. que são os órgãos responsáveis pelo cumprimento deste normativo, no âmbito do apoio à PARUPS, S.A.

Está já em fase de conclusão o **Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas** de acordo com a Recomendação n.º 1/2009 do Conselho de Prevenção da Corrupção (CPC) de 1 de Julho e com a Recomendação n.º 5/2012 do CPC de 7 de Novembro, bem como o **Código de Conduta** que abrange (i) os princípios fundamentais pelos quais se deve reger a organização e o funcionamento interno da PARVALOREM, S.A. (ii) regras que devem pautar o comportamento dos colaboradores no exercício das suas funções, concretamente enquanto responsáveis pelo apoio à gestão da PARUPS, S.A.

No que concerne a **normas de âmbito laboral** será de referir que a sociedade não tem qualquer colaborador com vínculo de contrato individual de trabalho, dispõe apenas dos seus Órgãos Sociais.

No âmbito interno estão em vigor vários **regulamentos que enquadram a atividade** da empresa e que consubstanciam a preocupação com os princípios da segregação de funções e da atribuição de funções e responsabilidades aos vários colaboradores. A este propósito é de referir a distribuição dos pelouros pelos membros Conselho de Administração.

O cumprimento da **legislação e regulamentação de natureza fiscal** é assegurado pelos serviços da PARVALOREM, S.A. e pelos auditores externos com reconhecidas competências para o efeito.

De acordo com a Resolução do Conselho de Ministros n.º 49/2007 que definiu os Princípios do **Bom Governo**, a empresa obriga-se ainda ao cumprimento das orientações estratégicas definidas pelo acionista para a empresa e para o SEE (Sector Empresarial do Estado).

5.3 Informação sobre as Transações Relevantes com Entidades Relacionadas

	Milhares €		
	Direcção Geral do Tesouro e Finanças	Caixa Geral de Depósitos	Parvalorem
Activos:			
Caixa e equivalentes de caixa		2.006	
Outros dívidas de terceiros			
Passivos:			
Empréstimos bancários		291.667	
Empréstimos obrigacionistas		727.850	
Outros financiamentos obtidos	286.563		35.911
Accionistas	35.193		
Outros Passivos			
Proveitos:			
Rendimentos e ganhos financeiros			
Outros rendimentos			
Custos:			
Gastos e perdas financeiros	2.007	73.092	911
Outros gastos			
	<u>323.763</u>	<u>1.094.615</u>	<u>36.822</u>

5.4 Informação sobre Outras Transações

Embora os procedimentos a cumprir internamente no âmbito da aquisição de bens e serviços não se encontrem vertidos num documento formal, todos os processos de aquisição e ou renegociação de contratos têm como base pressupostos de transparência, rigor e eficácia que passam pela separação de níveis de responsabilidade na decisão de contratar e pela segregação de funções relativamente aos processos de consulta e negociação, contabilização e de pagamento.

Todas as aquisições terão obrigatoriamente que passar por um processo de consulta ao mercado que envolva mais do que dois fornecedores, excetuando-se os casos em que por exclusividade de serviço ou produto tal não seja possível e desde que devidamente fundamentado.

Não há a registar fornecedores cuja faturação ultrapasse o valor referido no n.º 13 da Resolução do Conselho de Ministros n.º 49/2007.

5.5 Modelo do Governo e Identificação dos Membros dos Órgãos Sociais

De acordo com os estatutos da sociedade o **modelo de governo** definido assenta nos seguintes Órgãos Sociais:

- **A Assembleia Geral;**
- **O Conselho de Administração;**
- **O Conselho Fiscal.**

Os membros dos órgãos sociais são designados por períodos de três anos, não sendo obrigatória a coincidência de mandatos e são renováveis nos termos da legislação aplicável.

Os membros dos órgãos sociais mantêm-se em funções para além do termo dos respetivos mandatos, até à eleição dos novos titulares.

A **Mesa da Assembleia Geral** é composta por um presidente e um secretário. Ao Presidente incumbe convocar, com observância das formalidades legais, as reuniões da assembleia.

Competências da Assembleia Geral

A Assembleia Geral delibera sobre todos os assuntos para os quais a lei e os estatutos lhe atribuem competência e, bem assim, sobre as que não estejam compreendidas nas atribuições de outros órgãos da sociedade.

- Deliberar sobre o relatório de gestão e as contas do exercício;
- Deliberar sobre a proposta de aplicação de resultados;
- Proceder anualmente à apreciação geral da administração e fiscalização da sociedade;
- Eleger os membros da mesa da Assembleia Geral, os membros do Conselho de Administração, com indicação do presidente, os membros do Conselho Fiscal, também com indicação do respetivo presidente, e a sociedade de revisores oficiais de contas e o seu suplente;
- Deliberar sobre alterações dos estatutos e aumentos de capital;
- Deliberar sobre as remunerações dos membros dos órgãos sociais, podendo, para o efeito, designar uma comissão de vencimentos com poderes para fixar essas remunerações;
- Tratar de qualquer assunto para que tenha sido convocada nos termos da lei e destes Estatutos.

Não se encontram nomeados os elementos da Assembleia Geral.

O **Conselho de Administração** da sociedade é composto por um mínimo de três e um máximo de onze elementos, sendo um deles designado Presidente.

Mandato 2012-2014

MARIA PAULA POÇAS RODRIGUES

Presidente

FRANCISCO DOMINGOS RIBEIRO NOGUEIRA LEITE

Vogal não executivo

BRUNO RAPOSO DE CASTRO HENRIQUES

Vogal não executivo

BERNARDO XAVIER ALABAÇA

Vogal não executivo

Competências do Conselho de Administração:

Ao Conselho de Administração compete em especial, sem prejuízo das atribuições que por lei lhe sejam genericamente conferidas e das demais atribuições que lhe estejam cometidas pelos estatutos.

- Gerir os negócios sociais e praticar todos os atos relativos ao objeto social;
- Estabelecer a organização interna da empresa e elaborar os regulamentos e as instruções que julgar conveniente;
- Contratar os trabalhadores da sociedade, estabelecendo as respetivas condições contratuais, e exercer em relação aos mesmos o correspondente poder diretivo e disciplinar;
- Constituir mandatários com os poderes que julgar convenientes;
- Decidir sobre a participação no capital social de outras sociedades;
- Adquirir, onerar e alienar quaisquer bens e direitos, móveis ou imóveis, incluindo participações sociais, e realizar investimentos, quando o entenda conveniente para a sociedade;
- Decidir sobre a emissão de obrigações ou outros títulos representativos de dívida;
- Executar e fazer cumprir os preceitos legais e estatutários e as deliberações da Assembleia Geral;
- Representar a sociedade em juízo e fora dele, ativa e passivamente, podendo contrair obrigações, propor e fazer seguir pleitos, confessar, desistir ou transigir em processos, comprometer-se em arbitragens e assinar termos de responsabilidade;
- Decidir pela natureza titulada ou escritural das ações representativas do capital social da sociedade;
- Exercer as demais competências que lhe sejam atribuídas por lei ou pelos Estatutos e deliberar sobre quaisquer outros assuntos que não caibam na competência dos outros órgãos da sociedade.

Distribuição dos Pelouros

Dr.^a Paula Poças (Presidente)

- Direção Financeira, Contabilidade e Controlo de Gestão;
- Direção de Operações, de Sistemas de Informação e Logística;
- Gabinete de Risco.

Dr. Francisco Nogueira Leite (Vogal)

- Representação Institucional;
- Direção de Contencioso e Assuntos Jurídicos.

Dr. Bruno de Castro Henriques (Vogal)

- Direção de Auditoria Interna;
- Direção de Gestão de Ativos;
- Direção de Gestão de Ativos Imobiliários;
- Gabinete de Compliance.

Engº Bernardo Xavier Alabaça (Vogal)

- Sem pelouros atribuídos

O **Conselho Fiscal** é composto por um presidente e dois vogais.

Mandato 2010-2012

MARIA ROSA TOBIAS SA

Presidente

DAVID ANTONIO TEIXEIRA DE AVELAR

Vogal

MIGUEL MENDES DE BARROS

Vogal

Competências do Conselho Fiscal

Além das atribuições constantes da lei, compete aos órgãos de fiscalização, em especial

- Assistir às reuniões do Conselho de Administração, sempre que o entendam conveniente;
- Emitir parecer sobre qualquer matéria que lhes seja apresentada pelo Conselho de Administração;
- Colocar ao Conselho de Administração qualquer assunto que por ele deva ser ponderado.

O Revisor Oficial de Contas ou a **Sociedade de Revisores Oficiais de Contas** e o seu suplente não podem ser membros do Conselho Fiscal e são:

DELOITTE & ASSOCIADOS, SROC S.A.

Representada por José António Mendes Garcia Barata, ROC n.º 1210

Efetivo

Carlos Luís Oliveira de Melo Loureiro, ROC n.º 572

Suplente

5.6 Remuneração dos Membros dos Órgãos Sociais

De acordo com a deliberação do acionista a mesa da **Assembleia Geral** não auferirá qualquer remuneração.

A 31 de Julho de 2012, de acordo com vontade expressa pelo Estado, na qualidade de detentor de 100% do capital social da PARUPS, S.A. e ao abrigo do n.º 1 do artigo 54.º do Código das Sociedades Comerciais foi tomada a Deliberação Social Unânime por Escrito de proceder à eleição para o triénio de 2012-2014 dos membros do **Conselho de Administração** e definir a política remuneratória, produzindo efeitos a partir de 1 de Agosto de 2012:

MARIA PAULA POÇAS RODRIGUES

Presidente

FRANCISCO DOMINGOS RIBEIRO NOGUEIRA LEITE

Vogal não executivo

BRUNO RAPOSO DE CASTRO HENRIQUES

Vogal não executivo

BERNARDO XAVIER ALABAÇA

Vogal não executivo

Nos termos e para os efeitos do disposto do n.º 4 do artigo 22.º do Estatuto do Gestor Público (*EGP*), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de Março, e republicado pelo Decreto-Lei n.º 8/2012, de 18 Janeiro, objeto da Declaração de Retificação n.º 2/2012, de 25 de Janeiro, conjugado com o estabelecido no artigo 31.º do EPG, foram autorizados os Dr. Francisco Nogueira Leite, Dr. Bruno Henriques, e Dr.ª Maria Paula Poças a acumular as funções de membros do Conselho de Administração na PARVALOREM, S.A., na PARUPS, S.A. e na PARPARTICIPADAS, SGPS, S.A., desde que apenas exerçam funções executivas numa delas e não acumulem remunerações.

Todavia, caso deixem de exercer funções executivas em qualquer uma das três sociedades acima referidas terão direito às remunerações auferidas enquanto vogais não executivos do Conselho de Administração dessas sociedades. A estas remunerações serão aplicadas outras reduções que vierem a ser legalmente determinadas

Tendo em conta a Resolução do Conselho de Ministros n.º 16/2012, de 14 de Fevereiro, conjugada com o Despacho n.º 1231/SETF/2012, de 30 de Julho, que procedeu à classificação da sociedade (GRUPO C), foram fixadas as seguintes remunerações dos membros do Conselho de Administração da PARUPS, S.A:

- Presidente – Valor líquido: € 4.578,20, acrescido de 40% a título de despesas de representação no montante de € 1.831,28;
- Vogais não executivos – Valor líquido: € 915,64

Aos valores líquidos referidos acima são aplicadas as reduções remuneratórias constantes da Lei n.º 12-A/2010, de 30 Junho, da Lei n.º 55-A/2010, de 31 de Dezembro, e da Lei n.º 64-B/2011, de 30 de Dezembro.

Durante a vigência do Programa de Assistência Económica e Financeira, não há lugar à atribuição de prémios de gestão. Encontra-se suspenso o pagamento dos subsídios de férias e de natal, e as remunerações a auferir efetivamente pelos membros do Conselho de Administração, não podem exceder os montantes atribuídos à data de 01-03-2012, data da entrada em vigor da Resolução do Conselho de Ministros n.º 16/2012, de 14 Fevereiro.

O valor máximo das despesas associadas a comunicações, previstas no n.º 3 do artigo 32.º do EGP foi fixado em €80,00 mensais.

O valor máximo de combustível e portagens afeto mensalmente às viaturas de serviço nos termos do n.º 3 do artigo 33.º do EGP foram fixados em um quarto do valor do abono mensal para despesas de representação.

Em 28 de Abril de 2011, por Deliberação Unânime por Escrito, o acionista único deliberou designar novos membros para o **Conselho Fiscal** para o período remanescente do triénio em curso 2010 – 2012

MARIA ROSA TOBIAS SA

Presidente

DAVID ANTONIO TEIXEIRA DE AVELAR

Vogal

MIGUEL MENDES DE BARROS

Vogal

Com as seguintes remunerações mensais ilíquidas, a serem pagas catorze vezes por ano, com efeitos a partir do dia um de Maio de 2011:

- Presidente: € 500,00
- Vogais: € 350,00

A remuneração da **Sociedade de Revisores Oficiais de Contas / Auditor** para o exercício de 2012 foi € 45.000 (excluindo o IVA) e corresponde aos honorários para o exame das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

DELOITTE & ASSOCIADOS, SROC, S.A.

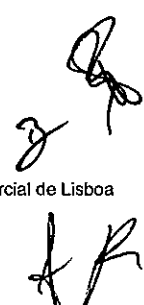
Representada por José António Mendes Garcia Barata, ROC n.º 1210

Efetivo

Carlos Luís Oliveira de Melo Loureiro, ROC n.º 572

Suplente

Sobre o tema remuneração dos Membros dos Órgãos Sociais deve, ainda, ser consultada a Parte III – Anexos - Anexo 1, do presente documento.



5.7 Análise da Sustentabilidade da Empresa nos Domínios Económicos, Social e Ambiental

A análise de **sustentabilidade da empresa**, nomeadamente no **domínio económico** terá de ter, fundamentalmente, em conta a missão atribuída pelo acionista único, o Estado, à PARUPS, S.A.

A missão de gerir e potenciar a valorização dos ativos sob gestão, por forma a minimizar a perda para o acionista num contexto de alienação, coloca a sustentabilidade da empresa, em termos económicos, intrinsecamente ligada à capacidade de valorizar esses ativos, de encontrar a melhor forma e momento para a respetiva alienação e ainda de, em sede de negociação com potenciais investidores, assumir uma posição negocial forte num clima macroeconómico adverso.

A PARUPS, S.A. está focada nas diretrizes recebidas do seu acionista único, o Estado Português, de centralização da gestão em políticas de máxima valorização das várias tipologias dos seus ativos com vista a iniciar processos de alienação no menor tempo possível e num clima mais consentâneo com perspetivas de recuperação.

A monitorização do resultado das alienações de ativos tão heterogéneos será efetuada quando da sua efetiva venda.

Relativamente à **sustentabilidade no domínio social**, a empresa não tem quaisquer trabalhadores com vínculo contratual. A gestão da PARUPS S.A., é assegurada pelas estruturas funcionais da PARVALOREM, S.A., empresa DO GRUPO PAR'S que assumiu a posição de empregadora, por via do contrato de trespasse com o BPN em 10 de Fevereiro de 2012, os trabalhadores anteriormente afetos à Direção de Meios do BPN.

A política de **sustentabilidade ambiental** da PARUPS, S.A., está suportada na política adotada pela PARVALOREM, S.A., empresa do GRUPO PAR'S que assegura toda a gestão desta sociedade e que se rege por normas internas aplicáveis a todo o universo PAR'S.

5.8 Viabilidade do Cumprimento dos Princípios de Bom Governo

A gestão da PARUPS, S.A está vinculada aos princípios de bom governo definidos na Resolução do Conselho de Ministros n.º 49/2007 de 28 de Março, os quais são respeitados e cumpridos tendo em conta os objetivos que consubstanciaram a constituição da sociedade, concretamente gerir e potenciar a valorização dos ativos sob gestão, por forma a minimizar a perda para o acionista num contexto de alienação.

5.9 Existência Código de Ética

Está em desenvolvimento interno um código de conduta que abrange (i) os princípios fundamentais pelos quais se deve reger a organização e o funcionamento interno da PARVALOREM, S.A. (ii) regras que devem pautar o comportamento dos colaboradores no exercício das suas funções, concretamente enquanto responsáveis pelo apoio à gestão da PARUPS, S.A.

5.10 Sistema de Controlo da Proteção dos Investimentos e dos Ativos

Com o objetivo de criar e manter um sistema de controlo adequado à dimensão e à complexidade da empresa, em ordem a proteger os investimentos da empresa e os seus ativos foram criadas as áreas de Auditoria Interna e de Compliance na PARVALOREM, S.A. que são os órgãos responsáveis pelo apoio à gestão da PARUPS, S.A. nestas áreas específicas.

Está em fase de conclusão o Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas de acordo com a Recomendação n.º 1/2009 do Conselho de Prevenção da Corrupção (CPC) de 1 de Julho e com a Recomendação n.º 5/2012 do CPC de 7 de Novembro, bem como o Código de Conduta a aplicar no universo das PAR'S.

5.11 Mecanismos de Prevenção de Conflitos de Interesses

De acordo com a Resolução do Conselho de Ministros n.º 49/2007 de 28 de Março (ponto 22) os membros dos órgãos sociais das empresas públicas devem:

- Abster-se de intervir nas decisões que envolvam os seus próprios interesses, designadamente na aprovação de despesas por si realizadas;
- No início de cada mandato, e sempre que se justificar, tais membros devem declarar ao órgão de administração e ao órgão de fiscalização, bem como à Inspeção-Geral de Finanças, quaisquer participações patrimoniais importantes que detenham na empresa, bem como relações relevantes que mantenham com os seus fornecedores, clientes, instituições financeiras ou quaisquer outros parceiros de negócio, suscetíveis de gerar conflitos de interesse.

Os membros do Conselho de Administração da PARUPS, S.A.:

- Cumprem as disposições legais relativas à comunicação de cargos exercidos em acumulação;
- Respeitam as normas relativas à abstenção de intervir em decisões que envolvam o seu próprio interesse;
- Respeitam as normas de declaração de quaisquer participações patrimoniais importantes que detenham na empresa, bem como relações relevantes que mantenham com os seus fornecedores, clientes, instituições financeiras ou quaisquer outros parceiros de negócio, suscetíveis de gerar conflitos de interesse;
- E ainda, obedecem às regras relativas à declaração de interesses, bem como ao regime de incompatibilidades e impedimentos definido no “Estatuto do Gestor Público” (Decreto-Lei n.º 71/2007).

5.12 Divulgação de toda a Informação

O grande suporte para divulgação da informação é o Relatório e Contas cuja elaboração procura cumprir todas as normas e procedimentos aplicáveis com o objetivo de garantir que os interessados têm acesso a toda a informação sobre a situação da empresa.

O presente relatório sobre o Governo da Sociedade constitui um capítulo autónomo do Relatório e Contas de 2012 e visa cumprir a recomendação da RCM nº 49/2007, de 28 Março, de incluir no Relatório de Gestão um ponto relativo ao Governo da Sociedade.

A empresa, no âmbito do seu relacionamento com as várias entidades de supervisão, controlo (DGTF, DGO, TC), fornece toda a informação solicitada, quer a que tem carácter sistemático e com periodicidade perfeitamente definida quer aquela que resulta de pedidos específicos.

A sociedade é emitente de obrigações admitidas à negociação em mercado regulamentado – na Euronext Lisbon – e, por conseguinte, nomeou um representante para as relações com o mercado e divulga toda a informação imposta por lei.

As informações sobre a empresa são ainda divulgadas no portal das empresas do SEE (Sector Empresarial do Estado – www.dgtf.pt).

Informação a constar no Site do SEE	Divulgação			Comentários
	S	N	N.A.	
Estatutos actualizados (PDF)	X			
Historial, Visão, Missão e Estratégia	X			
Ficha síntese da empresa	X			
Identificação da Empresa:				
Missão, objectivos, políticas, obrig. serv. público e modelo de financiamento	X			
Modelo Governo / Ident. Órgãos Sociais:				
Modelo de Governo (identificação dos órgãos sociais)	X			
Estatuto remuneratório fixado	X			
Remunerações auferidas e demais regalias	X			
Regulamentos e Transacções:				
Regulamentos Internos e Externos	X			
Transacções Relevantes c/ entidade(s) relacionada(s)	X			
Outras transacções			X	
Análise de sustentabilidade Económica, Social e Ambiental		X		
Avaliação do cumprimento dos PBG		X		Em fase de inserção
Código de Ética		X		Elaboração em curso
Informação Financeira histórica e actual	X			
Esforço Financeiro do Estado		X		

Informação a constar no Site da Empresa	Divulgação			Comentários
	S	N	N.A.	
Existência de Site			X	A empresa Parups, S.A. não detém site.
Historial, Visão, Missão e Estratégia			X	
Organigrama			X	
Órgãos Sociais e Modelo de Governo:				
Identifica dos órgãos sociais			X	
Identificação das áreas de responsabilidade do CA			X	
Identificação de comissões existentes na sociedade			X	
Identificar sistemas de controlo de riscos			X	
Remuneração dos órgãos sociais			X	
Regulamentos Internos e Externos			X	
Transações fora das condições de mercado			X	
Transações relevantes com entidades relacionadas			X	
Análise de sustentabilidade Económica, Social e Ambiental			X	
Código de Ética			X	
Relatório e Contas			X	
Provedor do cliente			X	

Parte II - Cumprimento das Orientações Legais

✓ **Objetivos de gestão** (nos termos do Decreto-Lei n.º 300/207 de 23 de Agosto)

Cumprimento das orientações Legais	Cumprido			Quantificação %	Justificação
	Sim	Não	N.A.		
Objetivos de Gestão					
<i>Gerais</i>					
• Redução de Custos Operacionais					
FSE			X		(*)
PESSOAL			X		A empresa não tem quadro de pessoal, apenas Órgãos Sociais
• PMP					
<i>Específicos</i>					
• Avaliação dos ativos	X			100%	
Recomendações do Acionista na aprovação de contas			X		

(*) O Despacho n.º 825/11 – SETF, de 3 de Junho, aprovou a aquisição pelo Estado Português, através da Direção-Geral do Tesouro e Finanças, da totalidade das ações representativas do capital social da Parups, S.A., operação que se concretizou em Fevereiro de 2012. A partir de Agosto de 2012 foram analisados e racionalizados os contratos de serviços associados aos vários ativos cujo impacto na redução de custos será visível na comparação dos exercícios 2012 /2013.

✓ **Gestão do Risco Financeiro** (nos termos do Despacho n.º 101/2009-SETF de 30 de Janeiro) - Não Aplicável.

✓ **Limites de Crescimento do Endividamento** (nos termos do Despacho n.º 155/2011-MEF de 28 de Abril) – Não Aplicável.

- ✓ **Evolução Prazo Médio de Pagamento a Fornecedores** (nos Termos da RCM n.º 34/2008 com as alterações introduzidas pelo Despacho n.º 9870/2009)

PMP	1ºT 2011	2ºT 2011	3ºT 2011	4ºT 2011	1ºT 2012	2ºT 2012	3ºT 2012	4ºT 2012
PMP a Fornecedores (dias)	7,66	2,22	3,11	2,19	12,69	0,93	0,35	3,43

- ✓ **Mapa da posição a 31/12/2012 dos Pagamentos em Atraso** (“Arrears”, nos termos do Decreto-Lei n.º 65-A/2011, de 17 de Maio)

	PAGAMENTOS EM ATRASO				
	0 - 90 dias	90 - 120 dias	120 - 240 dias	240 - 360 dias	> 360 dias
Pagamentos em atraso em 31/DEZ/2012	N.A.	N.A.	N.A.	N.A.	N.A.

- ✓ **Deveres especiais de Informação** (nos termos do Despacho n.º 14277/2008 de 23 de Maio) - PARUPS, S.A. cumpre os deveres especiais de informação, nos termos do Despacho n.º 14277/2008, de 23 de Maio, designadamente por via do reporte à Direção-Geral do Tesouro e Finanças, e carregamento da informação no sistema de recolha de Informação Económica e Financeira (SIRIEF).

- ✓ **Diligências tomadas e resultados obtidos no âmbito das recomendações do acionista.**

Não há recomendações específicas do acionista.

- ✓ **Redução de Remunerações dos Órgãos Sociais e Restantes Trabalhadores**

Cumprimento das Obrigações Legais	Cumprido			Quantificação	Justificação
	Sim	Não	N. A.		
Remunerações					A empresa não tem quadro de pessoal. As remunerações correspondem apenas aos Órgãos Sociais
Aplicação das Reduções Remuneratórias – art.º n.º 20 da Lei n.º 64-B/2011	X				
Suspensão do Pagamento do Sub. Férias e Natal – art.º 21 da Lei n.º 64-B/2011	X				
Aplicação da Redução de 5% - art.º n.º 12 Lei 12-A/2010	X				

✓ **Redução de FSE**

Cumprimento das Obrigações Legais	Cumprido			Quantificação	Justificação
	Sim	Não	N. A.		
FSE		X			(*)

(*) O Despacho n.º 825/11 – SETF, de 3 de Junho, aprovou a aquisição pelo Estado Português, através da Direção-Geral do Tesouro e Finanças, da totalidade das ações representativas do capital social da Parups, S.A., operação que se concretizou em Fevereiro de 2012. A partir de Agosto de 2012 foram analisados e racionalizados os contratos de serviços associados aos vários ativos cujo impacto na redução de custos será visível na comparação dos exercícios 2012 /2013.

✓ **Artigo 32.º do Estatuto de Gestor Público**

Cumprimento das Obrigações Legais	Cumprido			Justificação
	Sim	Não	N. A.	
Conselho de Administração	X			A deliberação Social Unânime por Escrito do acionista sobre o pacote remunerativo do C.A., a entrar em vigor a partir de 1/AGO/12, cumpre todos os requisitos estabelecidos no EGP

✓ **Contratação Pública e Sistema Nacional de Compras Públicas**

Cumprimento das Obrigações Legais	Cumprido			Justificação
	Sim	Não	N. A.	
Contratação Pública			X	O regime de contratação pública não é aplicável à PARUPS

✓ **Sistema Nacional de Compras Públicas (SNCP) (nos termos da Lei 64-A/2011 de 30 de Dezembro) - Não Aplicável**

✓ **Parque de Veículos do Estado (nos termos da Lei n.º 64-A/2011 de 30 de Dezembro)**

Cumprimento das Obrigações Legais	N.º total (31Dez12)			Justificação
	2011	2012	Varição	
Veículos utilizados	1	1	0	

✓ **Princípio da Igualdade do Género (nos termos do n.º 1 da RCM n.º 19/2012 de 23 de Fevereiro) - A empresa não tem colaboradores.**

✓ **Plano de Redução de Custos** (nos termos do Ofício-Circular n.º 82 de 6 de Janeiro de 2012)

Cumprimento das Obrigações Legais	Valor			Variação (%)	Justificação
	2010	2011	2012	2012/2010	
Gastos com Pessoal	N.A.	N.A.	N.A.		A empresa não tem quadro de pessoal. As remunerações correspondem apenas aos Órgãos Sociais
F S E	N.A.	N.A.	620.861€		(*)

(*) O Despacho n.º 825/11 – SETF, de 3 de Junho, aprovou a aquisição pelo Estado Português, através da Direção-Geral do Tesouro e Finanças, da totalidade das ações representativas do capital social da Parups, S.A., operação que se concretizou em Fevereiro de 2012. A partir de Agosto de 2012 foram analisados e racionalizados os contratos de serviços associados aos vários ativos cujo impacto na redução de custos será visível na comparação dos exercícios 2012 /2013.

✓ **Redução do n.º de Efetivos e de Cargos Dirigentes** (nos termos do Ofício-Circular n.º 82 de 6 de Janeiro de 2012)

Cumprimento das Obrigações Legais	N.º			Variação (%)	Justificação
	2010	2011	2012	2012/2010	
Efetivos	N.A.	N.A.	N.A.		A empresa não tem quadro de pessoal. As remunerações correspondem apenas aos Órgãos Sociais
Cargos Dirigentes	N.A.	N.A.	N.A.		

✓ **Princípio da Unidade Tesouraria do Estado** (nos termos do Artigo n.º 89 da Lei n.º 64-B/2011, de 31 de Dezembro)

Cumprimento das Obrigações Legais	Cumprido			Quantificação	Justificação
	Sim	Não	N. A.		
Princípio da Unidade de Tesouraria do Estado	X				

✓ **Recomendações resultantes de Auditorias conduzidas pelo Tribunal de Contas**

Não foram dirigidas à empresa quaisquer recomendações resultantes de auditorias conduzidas pelo Tribunal de Contas durante o ano de 2012.

Parte III – Anexos

Anexo 1

Remunerações dos Órgãos Sociais

1. Mesa Assembleia Geral

Unid: €

Mesa da Assembleia Geral Mandato I ⁽²⁾	2011			2012		
	Presidente	Vice-Presidente	Secretário	Presidente	Vice-Presidente	Secretário
Remuneração anual fixa						
Redução remuneratória*						
Remuneração anual efetiva ⁽¹⁾						

* Decorrente da Lei 55-A/2010 ou Lei 64-B/2011, conforme aplicável

⁽¹⁾ Os membros da Assembleia Geral não são remunerados, nem a sociedade lhes atribui qualquer regalia

⁽²⁾ Não se encontram nomeados os elementos da Assembleia Geral

2. Órgão (s) de Fiscalização

Conselho Fiscal + ROC

Unid: €

Conselho Fiscal	2011			2012		
	P	V	V	P	V	V
Remuneração anual fixa	4.680,03 €	3.272,50 €	3.272,50 €	7.000,00 €	4.900,00 €	4.900,00 €
Redução remuneratória*						
Remuneração anual efetiva	4.680,03 €	3.272,50 €	3.272,50 €	7.000,00 €	4.900,00 €	4.900,00 €

* Decorrente da Lei 55-A/2010 ou Lei 64-B/2011, conforme aplicável

Unid: €

ROC	2011	2012
Remuneração anual auferida	50.000,00 €	45.000,00 €
Redução remuneratória*		
Remuneração anual efetiva	50.000,00 €	45.000,00 €

* Decorrente da Lei 55-A/2010 ou Lei 64-B/2011, conforme aplicável

4. Conselho de Administração

Unid: €

	Presidente	Vogal
Mandato	I	I
Adaptado ao EGP (Sim/Não)	Sim	Sim
Remuneração Total (1.+2.+3.+4.)	27.400,53 €	4.586,80 €
OPRLO	Não	Não
Entidade de Origem		
Entidade pagadora (origem/Destino)		
1.1.Remuneração Anual	26.706,16 €	5.341,24 €
1.2.Despesas de Representação (Anual)	10.682,46 €	0,00 €
1.3.Senha de presença (Valor Anual)	0,00 €	0,00 €
1.4.Redução decorrente da Lei 12-A/2010	1.602,35 €	228,90 €
1.5.Redução decorrente da Lei 64-B/2011	3.044,50 €	0,00 €
1.6.Suspensão do pagamento dos subsídios de férias e natal	5.341,24 €	525,54 €
1.7.Reduções de anos anteriores	0,00 €	0,00 €
1. Remuneração Anual Efetiva Líquida (1.1+1.2.+1.3-1.4-1.5-1.6-1.7)	27.400,53 €	4.586,80 €
2. Remuneração variável	0,00 €	0,00 €
3.Isenção de Horário de Trabalho (IHT)	0,00 €	0,00 €
4.Outras (identificar)	0,00 €	0,00 €
Subsídio de deslocação	0,00 €	0,00 €
Subsídio de refeição	0,00 €	0,00 €
Encargos com benefícios sociais		
Regime de Proteção Social (ADSE/Seg.Social/Outros)	6.294,15 €	931,12 €
Seguros de saúde	0,00 €	0,00 €
Seguros de vida	0,00 €	0,00 €
Seguro de Acidentes Pessoais	0,00 €	0,00 €
Outros (Acidentes de trabalho)	78,84 €	13,38 €
Acumulação de Funções de Gestão (S/N)	Não	Sim
Entidade		DGTF
Remuneração Anual		41.044,97 €
Entidade		Sagestamo
Remuneração Anual		5.988,98 €
Entidade		Parpública
Remuneração Anual		460,34 €
Entidade		ANA
Remuneração Anual		6.245,16 €
Parque Automóvel	Presidente	Vogal
Mandato	I	I
Modalidade de Utilização	AOV	
Valor de referência da viatura nova	70.451,18 €	
Ano Início ⁽¹⁾	2012	
Ano Termo	2013	
N.º prestações (se aplicável)	N/A	
Valor Residual	N/A	
Valor de renda/prestação anual da viatura de serviço	3.263,25 €	
Combustível gasto com a viatura	612,31 €	
Plafond anual Combustível atribuído	5.493,84 €	
Outros (Portagens / Reparacões / Seguro)	3.367,36 €	
Limite definido conforme Art.º 33 do EGP	Sim	
Outras regalias e compensações	Presidente	Vogal
Mandato	I	I
Plafond mensal atribuído em comunicações móveis		
Gastos anuais com comunicações móveis		
Outras (indicar)		
Limite definido conforme Art.º 32 do EGP	Sim	
Gastos c/ deslocações	Presidente	Vogal
Mandato	I	I
Custo total anual c/ viagens		
Custos anuais com Alojamento		
Ajudas de custo		
Outras (indicar)		

* Decorrente da Lei 55-A/2010 ou Lei 64-B/2011, conforme aplicável

⁽¹⁾ Tratam-se de viaturas adquiridas para os membros do Conselho de Administração do BPN, SA, no ano de 2008, e que transitaram com o contrato de trespasse celebrado entre o BPN S.A. e a Parvalorem.

NOTAS

Mandato I - Período - 01/08/2012 a 31/12/2012

Anexo 2

Redução do N.º de Efetivos e de Cargos Dirigentes

Unid: €

Designação	2010	2011	2012
Gastos com pessoal (€)	0,00	12.548,62	62.969,99
Gastos com Órgãos Sociais (€)	0,00	12.548,62	62.969,99
Reduções decorrentes de alterações Legislativas (€)	0,00	0,00	4.875,75
Aumentos decorrentes de alterações Legislativas (€)	0,00	0,00	0,00
Gastos com Dirigentes sem O.S. (€)	0,00	0,00	0,00
Reduções decorrentes de alterações Legislativas (€)			0,00
Aumentos decorrentes de alterações Legislativas (€)			
Gastos com Efetivos sem O.S. e sem Dirigentes (€)	0,00	0,00	0,00
Reduções decorrentes de alterações Legislativas (€)			0,00
Aumentos decorrentes de alterações Legislativas (€)			
Rescisões / Indemnizações (€)	0,00	0,00	0,00
Designação	2010	2011	2012
N.º Total RH (O.S. + Dirigentes + Efetivos)	0	6	7
N.º Órgãos Sociais (O.S.) (número)	0	6	7
N.º Dirigentes sem O.S. (número)	0	0	0
N.º Efetivos sem O.S. e sem Dirigentes (número)	0	0	0

NOTAS:

Em 2010, 2011 e até Março de 2012, o CA não foi remunerado em virtude dos seus membros pertencerem também ao CA do BPN, sendo remunerados por essa entidade até 31/03/2012 e de 01/04/2012 a 31/07/2012 por serem remunerados pela PARVALOREM.

Em 01/08/12 assume funções uma nova Administração.

Assim, no ano de 2012, no período de Janeiro a Julho, os órgãos sociais eram:

Rui Manuel Correia Pedras (Vogal Não Executivo; Não remunerado);
 Jorge António Beja Pessoa (Vogal Não Executivo; Não remunerado);
 Mário Manuel Garcia Faria Gaspar (Vogal Não Executivo; Não remunerado);
 Maria Rosa Tobias Sá (Presidente do Conselho Fiscal);
 David António Teixeira de Avelar (Vogal do Conselho Fiscal);
 Miguel Mendes de Barros (Vogal do Conselho Fiscal).

No período de Agosto a Dezembro os órgãos sociais eram:

Maria Paula Poças Rodrigues (Presidente do CA);
 Francisco Domingos Ribeiro Nogueira Leite (Vogal Não Executivo; Não remunerado);
 Bruno Raposo De Castro Henriques (Vogal Não Executivo; Não remunerado);
 Bernardo Xavier Alabaça (Vogal Não Executivo);
 Maria Rosa Tobias Sá (Presidente do Conselho Fiscal);
 David António Teixeira de Avelar (Vogal do Conselho Fiscal);
 Miguel Mendes de Barros (Vogal do Conselho Fiscal).